ISSN 2359-053x

ANO 8 - NÚMERO 105 - JULHO 2023

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

R$ 30

PANTANAL:
"É PRECISO A CHUVA PARA FLORIR"

p. 08

BIODIVERSIDADE
Roça:
mandioca ou macaxeira?
p. 15

POLÍTICA
Carta de Quixote a Zanin:
entre Moros e Cristianos
p. 34

MEIO AMBIENTE
A natureza também
tem seus direitos
p. 42

JUNTOS
A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!

Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041, Op.: 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

FENAE

APCEF

ONG MORADIA E CIDADANIA
Criada pelos empregados da CAIXA

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – "nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante" (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da Xapuri lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer.* Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, "porque toda revista tem que ter número zero".

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, "de grátis". Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. "O mais sabido de nóis", segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a Xapuri 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da Xapuri, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da Xapuri 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.

Arthur Wentz Silva
Estagiário

Lúcia Resende
Revisora

Emir Bocchino
Diagramador

Maria Letícia Marques
Redatora

Igor Strochit
Diagramador

Geovana Vilas Bôas
Assistente Administrativa

Janaina Faustino
Gerente Executiva

Zezé Weiss
Editora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

PANTANAL:
"É PRECISO A CHUVA PARA FLORIR"

Neste 14 de julho, completamos dois anos sem o Jaime. É uma sensação estranha porque, apesar deste buraco na alma, o jaimês dele continua bem vivo aqui entre nós.

Poucas semanas antes de o Jaime ancestralizar, conversamos muito sobre a pauta para as matérias da Revista. Era desejo dele fazer uma capa sobre o Pantanal.

Agora, neste momento de saudade boa, resolvi encarar essa vontade do Jaime, que ficou pendente, como incompleta. Esta nossa edição 105, de julho de 2023, traz o Pantanal na capa.

Para escrever a matéria, contei com quatro colaborações fundamentais: Gomercindo Rodrigues, do Comitê Chico Mendes; Sandra Miyashiro e Osvaldo Barassi Gajardo, do WWF; e Claudia de Pinho, do MMA, me guiaram na construção de uma história boa de ler e útil para a luta.

No mais, o de sempre, que vocês vão conferir e apreciar.

Bom Proveito. Boa Leitura!

Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

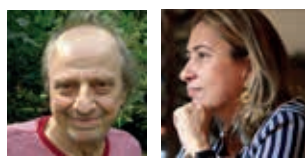
COLABORADORES/AS - JULHO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Altamiro Borges** – Jornalista. **Antenor Pinheiro** – Geógrafo. **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Emir Sader** – Jornalista. **Geovana Vilas Bôas** – Assistente Administrativa. **Gilney Viana** – Ambientalista. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Strochit** – Designer. **Iolanda Rocha** – Educadora Socioambientalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Professor. **Leonardo Boff** – Ecoteólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Lúcio Flávio Pinto** – Jornalista. **Manoel de Barros** – Poeta *(in memoriam)*. **Manuela Carneiro da Cunha** – Antropóloga. **Marcelo Benini** – Ambientalista. **Marcos Jorge Dias** – Escritor. **Marcos Terena** – Líder Indígena. **Maria Letícia Marques** – Pesquisadora. **Mauro Almeida** – Antropólogo. **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Ailton Krenak – Escritor. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Andréa Luísa Teixeira –** Professora. **Andrea Matos –** Sindicalista. **Ângela Mendes –** Ambientalista. **Antenor Pinheiro –** Jornalista. **Binho Marques –** Professor. **Cleiton Silva –** Sindicalista. **Dulce Maria Pereira –** Professora. **Edel Moraes -** Ambientalista. **Eduardo Meirelles -** Jornalista. **Elson Martins –** Jornalista. **Emir Bocchino -** Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader –** Sociólogo. **Fernando Neto –** Empreendedor. **Gomercindo Rodrigues –** Advogado. **Graça Fleury –** Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) –** Poeta. **Iêda Leal –** Educadora. **Iêda Vilas-Bôas –** Escritora (*in memoriam*). **Jacy Afonso –** Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira –** Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire –** Escritor. **Júlia Feitoza Dias –** Historiadora. **Kleytton Morais –** Sindicalista. **Kretã Kaingang -** Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô) –** Jornalista. **Lucélia Santos –** Atriz. **Lúcia Resende –** Revisora. **Marcos Jorge Dias -** Escritor. **Maria Félix Fontele –** Jornalista. **Maria Maia -** Cineasta. **Paulo Valério Silva Lima -** Professor. **Rosilene Corrêa Lima –** Jornalista. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto -** Diplomata. **Trajano Jardim –** Jornalista. **Zezé Weiss –** Jornalista.

IN MEMORIAM:
Jaime Sautchuk – Jornalista.
Iêda Vilas- Bôas – Escritora.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. **Eduardo Pereira –** Produtor Cultural. **Iolanda Rocha -** Professora. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **Joseph Weiss –** Eng. Agro. PhD. **Rafael Oliveira-**. Membro do Conselho Gestor.

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 105 JUL 23

08 **CAPA**
Pantanal:
"É preciso a chuva para florir"

20 **CONJUNTURA**
A encruzilhada
latino-americana

15 **BIODIVERSIDADE**
Roça: mandioca ou macaxeira?

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Julho, mês de luta!

18 **CERRADO**
Águas Emendadas:
o coração do Cerrado agoniza

24 **UNIVERSO FEMININO**
Claudia Sala de Pinho:
desde sempre, pantaneira

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **MEMÓRIA**
O jaimês que segue em nós

28 **ECOLOGIA**
O Pantana Mato-Grossense e o Cerrado

30 **LITERATURA**
Garça

31 **EDUCAÇÃO**
A Amazônia e o mundo

35 **POLÍTICA**
Carta de Quixote a Zanin:
entre Moros e Cristianos

37 **FOTOGEOGRAFIA**
Entranhas lapidadas
no chão do céu

38 **COMUNICAÇÃO**
"Movimento":
um jornal sem patrões

39 **DEMOCRACIA**
Sleeping Giants derrota a Jovem Pan

41 **MITOS E LENDAS**
Seria o presidente JK a reencarnação
de um faraó egípcio?

42 **MEIO AMBIENTE**
A natureza também tem seus direitos

43 **AMAZÕNIA**
A cúpula da Amazônia e o
desmatamento zero

46 **ASTRONOMIA**
Estamos ou não a sós no Universo?
NASA encontra molécula da vida a
1.350 anos-luz da Terra

47 **SAGRADO INDÍGENA**
Dinamarca devolverá ao Brasil
manto raríssimo do povo Tupinambá

48 **SUSTENTABILIDADE**
A justa medida: um valor universal que
pode salvar a vida e o planeta Terra

PANTANAL: “É PRECISO A CHUVA PARA FLORIR”

Zezé Weiss

Foi difícil tomar essa decisão de sã consciência. Minha vida sempre foi um sacerdócio em defesa da natureza. [...] Continuem a luta por mim.
Francisco Anselmo de Barros – Francelmo

Foto: LeoMercon

Os riscos que ameaçam o frágil ambiente do Pantanal, a maior planície úmida do planeta, não vêm de hoje. Ao longo dos anos, um processo de destruição, causado sobretudo pela ação antrópica, avança a passos largos, mas não sem resistência.

Durante 30 anos, o ambientalista Francisco Anselmo de Barros, ex-presidente da Fundação para Conservação da Natureza em Mato Grosso do Sul e membro-fundador do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), conhecido como Francelmo, lutou pela preservação do Pantanal.

No dia 12 de novembro de 2005, na cidade de Campo Grande, capital do estado pantaneiro de Mato Grosso do Sul, Francelmo, então com 65 anos, encharcou dois colchonetes com gasolina, enrolou-se neles e riscou fósforo. "Já que não temos voto para salvar o Pantanal, vamos dar a vida para salvá-lo", registrou em seus escritos de despedida.

Ali ocorria um protesto contra a implantação de novas usinas de álcool na Bacia do Alto Paraguai que, mesmo estando vedadas por legislação estadual e por Resolução do Conama, eram articuladas pelo então secretário de Produção e Turismo do Governo do Estado, Dagoberto Nogueira Filho, à época deputado estadual do PDT e hoje deputado federal pelo PMDB.

O argumento utilizado, sob protestos do Fórum de Defesa Permanente do Pantanal, criado em 2003 com cerca de 15 ONGs, para impedir a ação do Decreto nº 11.409, do governador Zeca do PT – permitindo a instalação de usinas e destilarias de álcool no Estado –, era o de que os novos empreendimentos, com tecnologias menos poluentes, seriam instalados no planalto da bacia e não no Pantanal..

Com a morte de Francelmo, a campanha do Fórum – *Não às Usinas de Álcool no Pantanal* – explicando que, na vastidão do Pantanal, planalto e planície são parte de um mesmo ecossistema, ganhou o apoio da opinião pública nacional e, em consequência, o projeto do deputado Dagoberto não decolou.

Entretanto, o assunto não morreu. Em 2008, organizações da sociedade civil, incluindo a Ecologia e Ação (Ecoa), o SOS Mata Atlântica e as redes Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica solicitaram ao governo federal a suspensão do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar que, segundo as ONGs, estava sendo realizado sob a coordenação da Embrapa sem o devido processo de consultas.

Em 17 de setembro de 2009, o presidente Lula assinou o Decreto 6.961, que "aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento", excluindo a Bacia do Alto Paraguai, o Pantanal e a Amazônia das áreas passíveis de produção de cana-de-açúcar.

Mas essa é uma luta que não cessa. Dez anos depois, em 5 de novembro de 2019, por meio do Decreto 10.084, em seu primeiro ano de desmonte do país, o agora ex-presidente inelegível revogou o Decreto 6.961, do Presidente Lula, e liberou a instalação da cadeia de cana-de-açúcar tanto no Pantanal quanto na Amazônia.

O PANTANAL

Caracterizado por áreas de floresta densa e úmida, relevo plano com áreas de inundação e formação de lagos, o Pantanal está localizado em uma área de 210 mil quilômetros quadrados, perpassando os territórios de três países: Brasil, Bolívia e Paraguai. No Brasil, o Pantanal abrange áreas do sudoeste de Mato Grosso e do noroeste de Mato Grosso do Sul.

Composto por um mosaico de ecossistemas, incluindo um pouco da Amazônia, um pouco do Cerrado, outro pouco da Mata Atlântica e uma porção do Charco Boliviano, o Pantanal é caracterizado pelas cheias anuais de seus rios, que alcançam cerca de 80% de sua área e formam um fabuloso lençol de água, em especial nas áreas mais baixas da planície pantaneira.

Rico em biodiversidade de fauna e flora, o Pantanal conta com pelo menos 4.700 espécies cadastradas de plantas e animais vertebrados, incluindo 3.500 espécies de plantas (árvores e vegetações aquáticas e terrestres), 325 de peixes, 53 de anfíbios, 98 de répteis, 656 de aves e 159 espécies mamíferos.

Decretado Patrimônio Nacional pela Constituição de 1988, o Pantanal foi declarado Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pelas Nações Unidas no ano 2000.

Foto: Divulgação/ ecoa.org.br

Imagem: Divulgação

DE QUEM É O PANTANAL?

Para a pantaneira Claudia Regina Sala de Pinho, diretora do Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática (MMA), responder a essa pergunta requer a compreensão das várias dinâmicas da vida no Pantanal.

Para nós, o Pantanal é como se fosse uma grande bacia, tem a borda, tem a parede e tem o fundo da bacia. O modo de vida e a sensação de pertencimento de cada povo ou comunidade depende de em que parte da bacia elas estão. Muitas de nossas comunidades tradicionais estão na parede da bacia. Então, para nós, não existe um, mas vários pantanais.

Na região de Cáceres, por exemplo, que é uma das entradas do Pantanal, a serra está muito próxima do rio Paraguai. Corumbá, que fica no fundo da bacia, é uma região de áreas totalmente alagadas. Na borda da bacia, na parte de cima, é onde o Cerrado e o Pantanal se abraçam.

Esse é o Pantanal pra nós. Um Pantanal que tem comunidades indígenas, comunidades extrativistas, de pescadores, de agricultores, e comunidades que são uma mistura de tudo isso. Comunidades que vão sendo expulsas da própria terra, em sua maioria terras da União, pela violência da grilagem. Comunidades que vão deixando de existir pela ganância dos forasteiros.

Ante essa nova forma de ocupação, a gente fica se questionando: de quem é o Pantanal? O Pantanal tem dono? É do Estado? É dos fazendeiros? É da propriedade privada? Mas, e nós, e as pessoas cujos antepassados estiveram aqui, segundo estudos arqueológicos, há mais de cinco mil anos? Não somos nós, desde sempre, os legítimos herdeiros do Pantanal?

MODOS DE VIDA NO PANTANAL

Por milênios, os modos de vida no Pantanal foram sendo adaptados ao meio ambiente. Para entender essa dinâmica, é preciso, segundo Claudia, compreender o quanto o ciclo das águas, que no Pantanal tem três estações – cheia, vazante e seca –, impacta a vivência das comunidades pantaneiras.

A gente tem roças, por exemplo, no município de Barão de Melgaço, que ainda são feitas quando as águas começam a vazar. Como fica muita matéria orgânica acumulada, as comunidades aproveitam para fazer seus roçados.

Também o gado costuma seguir a dinâmica das águas. Meu pai, que era peão de comitiva, costumava manejar o gado obedecendo os ciclos do Pantanal.

Ainda hoje, quando chega a cheia, nos meses de outubro e novembro, os fazendeiros contratam peões para subir o gado para as partes mais

Foto: Reisegraf

altas ou para outros municípios que estão nas bordas da bacia do Pantanal.

E na vazante, que acontece entre os meses de junho e julho, quando as águas vão secando, os peões retornam descendo o gado, vão trazendo os animais de volta para áreas baixas, para o fundo da bacia, onde em geral tem água por mais tempo, quando não por todo o ano. Mas esse modo de vida, baseado no ciclo das águas, está mudando muito rapidamente.

Desenvolver a qualquer a custo, sobretudo desde as décadas de 1970-1980, tem sido a nova palavra de ordem no Pantanal, sendo que desenvolver significa tirar de seus territórios ancestrais as comunidades tradicionais, porque elas são a última barreira para o avanço do agronegócio e do hidronegócio, da instalação de pequenas hidrelétricas à construção de grandes portos na sonhada hidrovia Paraná-Paraguai.

É uma proposta política de esvaziamento do Pantanal que, como nos tempos de Francelmo, levam ao embate, à organização e à resistência em defesa do modo de vida pantaneiro e da própria sobrevivência do Pantanal.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Segundo Claudia, a posição que o Pantanal tem na América do Sul possibilita que, ali, o impacto das Mudanças Climáticas seja maior do que em outras regiões. Isso faz do Pantanal um sistema biogeográfico ambientalmente muito frágil.

Tem estudos que mostram que a evapotranspiração depois da queimada é muito maior, o que possibilita que a água vaze com muito mais rapidez.

O desmatamento na parte alta do Pantanal contribui para o assoreamento dos rios, que vão ficando mais rasos. É o que acontece no rio Taquari e em outros rios. Com as secas cada vez mais fortes, a água escasseia nos rios assoreados do Pantanal.

Isso exige do poder público ações imediatas de mitigação de impactos, em parceria com os povos e comunidades locais. Na minha comunidade, que fica na região de Cáceres, por exemplo, nossas casas, feitas de barro, nos dão conforto nos momentos de calor extremo. É preciso que o governo invista em moradas ecológicas, segundo o modo de vida de cada comunidade pantaneira.

Tem comunidades que estão à beira dos rios, mas que, ainda hoje, não têm água potável, porque as cinzas, os restos de vegetais e de animais dos incêndios de 2020 ainda estão nos territórios. Em 2022 choveu bastante, mas não o suficiente para lavar o Pantanal, para limpar as águas poluídas pelos incêndios de 2019, 2020 e 2021, os piores já vistos por essas nossas terras pantaneiras.

Além de matarem milhões de animais e plantas, o calor e a fumaça dos incêndios do Pantanal afetaram outras áreas próximas, provocaram doenças respiratórias nas comunidades da região, aumentaram os índices dos gases de efeito estufa e contribuíram para o aquecimento de nossa única morada no universo, o planeta Terra.

Foto: Divulgação/ Pedro Silvestre/ Canal Rural

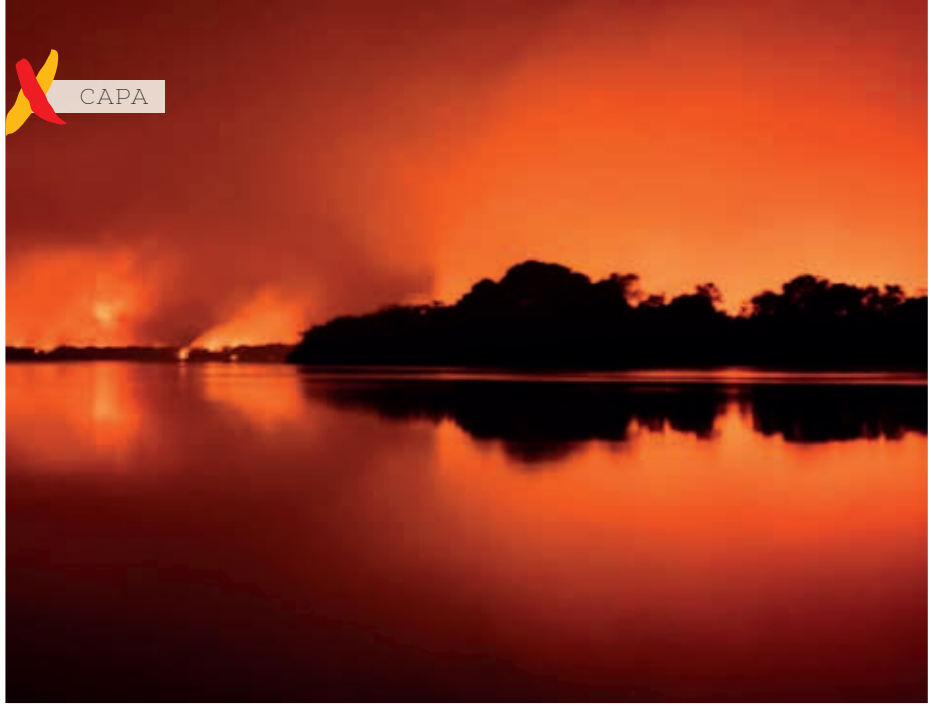


Foto: Divulgação/ André Zumak/ ecoa.org.br

O TEMPO DO FOGO

Setembro é o mês mais seco no Pantanal. É quando o fogo causa mais estrago, é quando ocorrem as queimadas que, por vezes e por fatores diversos, se transformam em trágicos incêndios florestais.

Osvaldo Barassi Gajardo, especialista de conservação da WWF, há anos operando no Pantanal, explica a dinâmica das queimadas e dos incêndios florestais:

Uma queimada pode ser boa, tem as queimadas prescritas, as queimadas controladas, que são estratégias de manejo e prevenção para evitar um grande incêndio.

Então é importante utilizar o termo certo. A queimada não é, em si, o problema. O problema é quando uma queimada mal feita ou mesmo criminosa se transforma em um incêndio florestal, que pode sair de controle devido a vários fatores, como, por exemplo, a falta de planejamento e de recursos para a prevenção e o combate ao fogo no momento certo.

Em anos anteriores, especialmente em 2020, a falta de integração entre as diferentes organizações que combatem os incêndios, a falta de um planejamento mais sistemático e de um olhar mais abrangente do território em nível de paisagem, levou a que, no momento em que o incêndio florestal avançou em uma proporção relevante, não houvesse as condições imediatas para o combate ao fogo.

Como no Pantanal 95% dos incêndios têm origem antrópica, é preciso tratar dos temas críticos que dão origem aos incêndios florestais, como o desmatamento, o mau uso da terra, o uso inadequado do solo, a questão da renovação de pastagens, que também tem a ver com o uso da terra, a infraestrutura que começa avançar sobre as áreas naturais, mudando essa paisagem, e isso gera uma situação de vulnerabilidade sobre a questão dos incêndios. Portanto, é importante que o manejo do fogo para a agricultura e para a pecuária seja realizado de forma adequada.

INCÊNDIOS CRIMINOSOS

O pior do Pantanal são os incêndios criminosos. Em março de 2021, o *Correio do Estado* (https://correiodoestado.com.br/)publicou matéria confirmando suspeitas de que os terríveis incêndios que devastaram o Pantanal no ano de 2020 foram iniciados, criminalmente, em quatro fazendas de Mato Grosso do Sul.

O caso foi investigado pela Polícia Federal, que apresentou, por meio do delegado Rubens Lopes da Silva, chefe da Divisão de Repressão a Crimes Ambientais e contra o Patrimônio Histórico da Polícia Federal, em audiência na Câmara dos Deputados, provas comprovando a origem do crime.

Conforme dados do Inpe, só em Mato Grosso do Sul foram 8.899 focos de incêndio, 8.105 deles (89%) no município de Corumbá, ponto focal da disseminação dos incêndios criminosos.

No total, segundo o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal

Foto: Divulgação/ Silas Ismael

Foto: Divulgação/ Lucas Leuzinger

do Rio de Janeiro (Lasa-UFRJ), em 2020 o fogo queimou 30% do Pantanal, uma área de 2,2 milhões de hectares, dos quais 1 milhão de hectares eram áreas de florestas, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

DIA DO FOGO

Em agosto de 2019, produtores rurais da região de Novo Progresso, no Pará, deflagaram uma ação organizada para tocar fogo na Floresta Amazônica. Apenas nos dias 10 e 11, o Inpe registrou 1.457 focos de calor no Pará , um aumento de 1.923% na comparação com o ano de 2018. A fumaça do fogo foi tão forte que escureceu a cidade de São Paulo, mais de 2.500 km distante, em pleno dia.

Em 2020, o Pantanal também teve seu "Dia do Fogo". Segundo a Polícia Federal, no último dia do mês de junho daquele ano, fazendeiros de Mato Grosso do Sul iniciaram um "Dia do Fogo", a partir dali, com uma ação semelhante à que ocorreu no Pará.

De acordo com o delegado Rubens Lopes, mensagens encontradas por meio de perícia em celulares apreendidos durante operação policial em setembro de 2020 não deixa dúvidas de que a ação foi orquestrada: "Coloque fogo aqui"; "não coloque fogo ali"; "o Ibama está próximo à fazenda vizinha: segurem um pouco mais" fazem parte dos diálogos rastreados, o que permitiu à PF concluir que os incêndios de 2020 não foram acidentais, mas propositais.

UM ANO BOM PARA O PANTANAL?

Neste último verão choveu muito no Pantanal, especialmente na porção de Mato Grosso do Sul. O rio Paraguai, por exemplo, encheu bastante e, com isso, conseguiu levar água para as regiões de planície, o que, segundo Osvaldo Gajardo, ajuda a retardar um pouco o início do fogo. "Com mais água nas planícies, em 2023 o fogo vai ter uma janela de tempo mais curto. Mas fogo vai ter, sim, como acontece todos os anos," afirma.

"Ainda não chegamos ao nível de uma seca extrema, porém, por conta do fenômeno *el Niño*, existe uma tendência de o clima ficar mais seco, da temperatura aumentar e de termos uma umidade relativa do ar mais baixa, o que pode gerar uma condição favorável para acontecer um incêndio florestal. Mas, com o período do fogo sendo menor, essa janela de tempo mais crítico também vai ser menor", explica o ambientalista.

Além das chuvas do verão passado, outros fatores contribuem para que o Pantanal possa ter um ano bom em 2023. Um deles seria, na visão de especialistas, o doído aprendizado com os terríveis incêndios de 2020.

Desde então, investimentos vêm sendo feitos no planejamento, na construção de parcerias institucionais e com a sociedade civil, na contratação das brigadas em tempo hábil, no aumento do contingente de brigadistas do Prev Fogo, do Ibama, por exemplo. "Este ano, a Brigada do Pantanal conta com 45 brigadistas, no ano passado eram só 30. Em 2022, havia só duas brigadas Kadiwéu, este ano são 3. Para a seca de 2023, o Corpo de Bombeiros treinou muito contingente, o IBAMA, o ICMBio, os governos de Estado e as prefeituras também se articularam, mas, em meio a todo esse esforço, para Osvaldo há que se destacar papel fundamental das Brigadas Voluntárias.

"Por todo o Pantanal, mais de 100 brigadistas, de diversos grupos, estão preparados para defender seus territórios. Muitos dos povos do Pantanal são extrativistas. Na região de Corumbá, por exemplo, as comunidades dependem do coco bocaiuva. Para eles, além de combater o fogo diretamente, mas também trabalhar com as estratégias de prevenção – fazer os aceiros, sensibilizar as comunidades – é uma questão de sobrevivência."

Em Brasília, foi formada uma Comissão na Câmara dos Deputados que, junto com as ações do governo federal, vem contribuindo para engajar os governos estaduais na prevenção e combate ao fogo. Esse trabalho todo, junto com a entrada de outras parcerias, está contribuindo para que este ano o fogo não espalhe, como espalhou no passado.

Segundo Gajardo, este esforço coletivo é extremante importante porque no Pantanal as distâncias são muito grandes, as condições logísticas são difíceis, "então, ter equipes preparadas para uma primeira resposta pode fazer uma diferença muito grande em que um incêndio florestal se transforme em um incêndio de grandes proporções".

AS ÁGUAS VÃO SECANDO

Conforme levantamento do MapBiomas, 71% da superfície de água do Brasil secou entre 1985 e 2022. O ambiente mais afetado é o Pantanal, que perdeu 81,7% da superfície hídrica na série histórica.

Foto: Divulgação/ Iberê Périssé / Projeto Solos

Em todo o Brasil, há registro da redução de águas em pelo menos 2/3 dos municípios. Em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso estão os municípios que mais secaram. Com uma retração de 781.691 hectares, o equivalente a mais da metade (57%) do total da perda nacional, sendo Mato Grosso do Sul o estado que mais secou.

Os casos mais graves estão, segundo o MapBiomas, em Corumbá (MS), Cáceres (MT), Poconé (MT), Aquidauana (MS) e Vila Bela da Santíssima Trindade, também em Mato Grosso. Com o sumiço das águas, o fundo da bacia pantaneira vai secando, e o Pantanal vai, cada vez mais, deixando de ser uma planície alagada.

Segundo estudiosos e estudiosas do assunto, o sumiço das águas está relacionado a dois fatores: um, o desmatamento; e, outro, as mudanças climáticas. Para as águas voltarem, além de restaurar as áreas degradadas, é preciso eliminar o desmatamento, principalmente nas áreas de nascentes e nas cabeceiras dos rios que abastecem o Pantanal.

Não é o que acontece. A cada dia, as áreas de floresta – protetoras das águas – vão sendo desmatadas para dar lugar ao capim nas imensas fazendas de pasto, que alimentam os grandes polos de criação e manejo do gigantesco rebanho bovino que se formou no Pantanal.

Tão grave quanto, estudos mostram que, mesmo com as fontes secando, boa parte da água do Pantanal vai sendo represada para a irrigação de empreendimentos de grande monta da monocultura do agronegócio.

Isso faz com que, embora, segundo o MapBiomas a superfície de água tenha aumentado um pouco no último verão, a régua de medição segue na linha negativa, passando de -68% em 2021 para -61% em 2022. Ou seja, entramos em 2023 com um certo alívio, mas não em uma situação de normalidade. O sinal de alerta continua vermelho.

DIA DO PANTANAL

Criado pelo Conama em 2008, o Dia do Pantanal homenageia Francisco Anselmo de Barros, "o último herói do Brasil", segundo o poeta pantaneiro Manoel de Barros. A proposta foi apresentada pelo ambientalista Rodrigo Agostinho, hoje presidente do Ibama.

Passados 18 anos da morte trágica de Anselmo, muitas ameaças seguem pairando sobre o Pantanal: tem desmatamento, tem pressão pela abertura da hidrovia Paraná-Paraguai, tem represas, tem veneno nas águas, tem perda de biodiversidade, tem conflitos fundiários, tem fogo rondando, como todos os anos.

Mas há, também, razões para esperançar: Conforme dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Pantanal queimou 83% menos em 2022 (em relação a 2021) e, pela perspectiva de Osvaldo Gajardo, há boas chances de que o bioma queime menos também em 2023.

Oxalá as lições aprendidas com a tragédia de 2020 sigam apontando na direção em curso, com mais planejamento, mais integração, mais logística, mais recursos, mais conscientização e mais, muito mais engajamento comunitário na prevenção e no combate aos incêndios florestais no Pantanal.

Só assim, mesmo com secas, com ventos fortes e grandes pressões antrópicas sobre o Pantanal, será possível, como nos versos do pantaneiro Almir Sater, ir tocando em frente:

Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
(...)
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder sorrir
É preciso a chuva para florir
Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente
(...)
Cada um de nós compõe a sua história
E cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.

Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. A construção desta matéria só foi possível graças às contribuições generosas de Gomercindo Rodrigues, do Comitê Chico Mendes, Sandra Miyashiro e Osvaldo Barassi Gajardo, do WWF, e de Claudia Regina Sala de Pinho, do MMA.

ROÇA: MANDIOCA OU MACAXEIRA?

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida

A mandioca, ou macaxeira (*atsá* em Katukina e Kaxinawá), conhecida como roça quando está na plantação, é legume central nos roçados de todos os habitantes da floresta, mas há uma diferença essencial em seu consumo: os seringueiros usam a mandioca principalmente para fazer a farinha, enquanto os indígenas dão preferência à mandioca cozida.

Os Kaxinawá, ao chamar alguém para comer em sua casa, dizem simplesmente *atsá piwá*, que significa, literalmente: "Vamos comer macaxeira", mesmo que outros alimentos sejam oferecidos, inclusive o "rancho", constituído de carne de caça ou peixe.

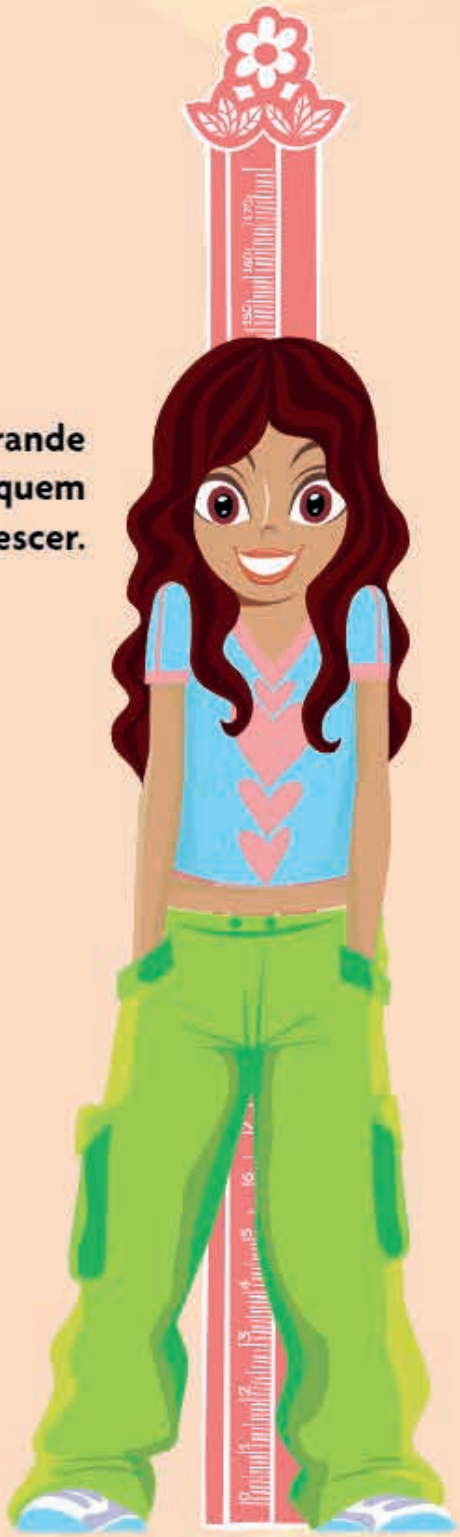
A distinção entre mandioca e macaxeira, importante em outras regiões da Amazônia para separar as variedades venenosas das não venenosas, não é feita pelos seringueiros na Reserva.

A distinção que fazem é entre mandiocas mansas e mandiocas amargas, chamando ambas de mandiocas ou macaxeiras indistintamente. Mas fazem farinha com quase todas as variedades, sejam doces ou amargas, e comem cozida uma variedade de mandioca amarga.

Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.

Mauro Almeida – Antropólogo. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.

Foto: Reprodução



Um país que quer ser grande
tem que proteger quem
não terminou de crescer.

Disque 100

Disque 100. O número do
crescimento social do Brasil.

Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa

PEDOFILIA É CRIME. DENUNCIE!

Leidiane Souza

O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Nº 8069/90), assegurado pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988, aponta que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Entretanto, a realidade vivenciada nos quatro quantos do país ainda está muito distante do ideal.

A violência contra crianças e adolescentes é uma prática que, infelizmente, ainda acontece com frequência em todo o Brasil. E essa violação aos direitos possui várias vertentes, como exploração econômica (trabalho infantil), negligência, abandono, violência física, violência e exploração sexual, psicológica e institucional.

Todas as formas de violência, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável das crianças e adolescentes. E isso incide sobre o próprio país, cujo desenvolvimento não depende apenas da área econômica, mas, também, da área social e do respeito aos direitos humanos.

Segundo a Constituição Federal, a responsabilidade de garantir os direitos dos meninos e meninas do país é dever da sociedade, da família, da comunidade e do Estado.

Atualmente, graças aos esforços em defesa as crianças e adolescentes, já existem diversas ferramentas de combate e uma ampla rede de proteção. Em caso de suspeitas, as denúncias podem ser feitas ao Conselho Tutelar, no Disque 100 ou pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br; na escola; e em delegacias especializadas ou comuns; entre outros.

Essas e outras informações mais completas acerca desse assunto de suma importância para a sociedade você confere na cartilha "Um país que quer ser grande tem que proteger quem não terminou de crescer". Trata-se de uma realização do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNVSCA) – uma área da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que é vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Leidiane Souza – Colaboração para o Seeb Brasília.

Fonte: *https://bancariosdf.com.br/portal/pedofilia-e-crime-denuncie/*

ÁGUAS EMENDADAS: O CORAÇÃO DO CERRADO AGONIZA

Iolanda Rocha e Marcelo Benini

Foto: Divulgação/ Rui Faquini/ GAE - Guardiães de Águas Emendadas

As Águas Emendadas nascem no coração do Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro. Estão localizadas em uma área de savana com grande variedade de fauna e flora, na região administrativa de Planaltina, no nordeste do Distrito Federal.

É ali, no meio de um emaranhado de pequenas águas que brota a nascente-mãe de uma vereda com cerca de 6 km, onde ocorre um fenômeno fabuloso e único: aquela mesma veia pulsante jorra água para direções opostas, para o Norte e para o Sul do Brasil, unindo duas grandes bacias hidrográficas do Brasil e da América do Sul, a Tocantins/Araguaia e a Platina. Rumo Norte, as águas seguem para a Bacia Tocantins/Araguaia, incorporando-se à Bacia Amazônica. Ao Sul, seguem pela Bacia do Rio Paraná até o Rio da Prata.

Infelizmente, este incrível patrimônio da natureza, reconhecido internacionalmente – foi o sexto lugar do mundo e o primeiro da América Latina a receber o Escudo Água e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, e também passou a integrar a Área Núcleo de Reserva da Biosfera do Cerrado, criada pela UNESCO – agoniza a olhos vistos.

Por descuido e por descaso do poder público, o crescimento urbano desordenado, a produção da monocultura da soja e o uso indiscriminado de agrotóxicos no entorno desta Unidade de Conservação, minam, a cada dia, a qualidade ambiental e a perspectiva de futuro das Águas Emendadas.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS

A Estação Ecológica de Águas Emendadas foi criada como Reserva Biológica no final dos anos 1960 e, mais tarde, na década de 1980, ganhou a denominação de Estação Ecológica de proteção integral, quando também a ela foi incorporada a área da Lagoa do Mestre D'Armas ou Lagoa Bonita, totalizando a área atual de 10.547 hectares, um paraíso de Cerrado muito bem preservado.

Embora seja evidente a importância da Estação Ecológica de Águas Emendadas e assegurada a sua preservação pela legislação federal e do Distrito Federal, estão ocorrendo diversos fatores que comprometem a sobrevivência da área, assim como da fauna e da flora. Nascentes, córregos e rios estão desaparecendo todos os anos no Cerrado.

Animais como a anta, o veado campeiro, o tatu canastra, o lobo guará, a suçuarana, o tamanduá-bandeira e muitos outros estão ameaçados de extinção. Devido à grande circulação de veículos, morrem todos os anos centenas de animais atropelados. Se a situação continuar como está, em futuro bem próximo as Águas Emendadas só existirão nos livros.

Para completar, existe hoje uma discussão para a duplicação da rodovia DF-128, no trecho que liga Planaltina-DF a Planaltina-GO, exatamente ao lado da Estação Ecológica de Águas Emendadas. A demanda vem do município de Planaltina-GO, que só tem aquela saída para o Plano Piloto.

Na visão de socioambientalistas, o governo precisa estudar novas alternativas viárias, pois a duplicação da DF-128 certamente irá comprometer a preservação da área, inclusive o abastecimento de água no DF. Estudos feitos por pesquisadores da Universidade de Brasília detectaram a presença de mercúrio nas águas da região.

Tudo o que está acontecendo fora da Estação Ecológica já está impactando as Águas Emendadas. O rebaixamento do lençol freático fez com que o nível de água da Vereda Grande, núcleo do fenômeno de união das bacias do Norte e do Sul, diminuísse drasticamente nas últimas décadas, fato atestado pelos analistas ambientais que atuam no local.

Vale lembrar que toda a região de Planaltina-DF e parte de Sobradinho-DF são abastecidas com a água que vem das Águas Emendadas. E o impacto continua na região de Planaltina de Goiás, que também é abastecida com as águas que saem de Águas Emendadas e seguem pelo Rio Maranhão.

Toda a área rural da região capta a água diretamente do lençol freático, através da perfuração de poços artesianos, e corre sério risco de ficar, em futuro bem próximo, sem abastecimento desse líquido vital e preciosíssimo.

Há vários anos o Distrito Federal vem sofrendo com a falta de planejamento urbanístico, e várias áreas de preservação ambiental já foram sacrificadas para atenderem a urbanização desordenada e irresponsável, que na maioria das vezes são ocupadas irregularmente em área de recarga de aquíferos e outros comprometimentos que ameaçam a vida no bioma Cerrado.

Moradores da região, ativistas, artistas, produtores culturais, movimentos socioambientais estão alertando a população e os governantes para o grau de ameaças de destruição da ESECAE. Um grupo de ativistas reuniu-se e criou a GAE – Guardiães das Águas Emendadas – e através deste grupo algumas atividades já foram feitas para dar visibilidade à grave situação em que se encontra a Estação Ecológica de Água Emendadas.

Por falta de fiscalização e manutenção adequada por parte do Estado, algumas áreas da reserva estão com a cerca danificada, deixando o local mais vulnerável. Representantes da GAE têm participado de seminários, audiências públicas, manifestações para denunciar e cobrar urgência nas providências para salvar as Águas Emendadas da destruição.

Iolanda Rocha
– Educadora. Socioambientalista. Conselheira da *Revista Xapuri*.

Marcelo Benini
– Ambientalista. Guardiães das Águas Emendadas -GAE.

A ENCRUZILHADA LATINO-AMERICANA

Emir Sader

Participei de um grupo de pesquisa que tinha o nome de *O Futuro da América Latina*. Dadas as mudanças mais recentes, decidimos mudar ou adaptar o nome para *Futuros da América Latina*. Como existem vários futuros possíveis, existem várias situações em aberto.

A América Latina vive, neste século, o período mais importante de sua história. É quando o continente elegeu vários governos antineoliberais, liderados pelos líderes políticos mais importantes que teve em toda a sua história.

Em resposta ao grande número de governos neoliberais na última década do século passado, o continente reagiu construindo programas de superação do neoliberalismo. Priorizar políticas sociais e não ajustes fiscais. Priorizar processos de integração regional e não dois Acordos de Livre Comércio com os EUA. Reduzir o papel ativo do Estado, ao invés da centralidade do mercado.

Os resultados têm sido extraordinários. As desigualdades, a fome, a miséria diminuíram significativamente. A democracia se espalhou por todo o continente. Os principais líderes políticos contemporâneos têm sido os protagonistas desses processos.

O continente tornou-se a região politicamente mais importante do mundo, por ser o epicentro da luta contra o neoliberalismo, modelo assumido globalmente pelo capitalismo.

A história e sua periodização do continente no século XXI já podem ser feitas. Um primeiro momento, de estabelecimento dos primeiros governos neoliberais, que durou cerca de uma década e meia, marcado pela implementação do programa acima referido, em que as políticas sociais foram a maior presença em cada um dos países: Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador.

Imediatamente houve uma retomada de iniciativa da direita, com os golpes no Brasil e na Bolívia, as derrotas eleitorais na Argentina, Uruguai e Equador. Foram reveladas dificuldades destes processos, mas das quais tem sido possível recuperar. A esquerda voltou a triunfar no Brasil, na Bolívia e na Argentina. Em que situação estamos hoje? Quais são os países onde haverá decisões decisivas para o futuro do continente?

Hoje existem governos mais sólidos no México, Brasil, na Colômbia e em Honduras, apesar dos problemas

Foto: Divulgação/ Ricardo Stuckert

internos. Nos quatro países, os atuais governos são os favoritos à reeleição ou à escolha de seu sucessor.

As disputas mais abertas acontecerão na Argentina, no Uruguai, na Bolívia e no Equador. As eleições na Argentina deste ano – outubro e dezembro – são uma disputa muito acirrada, com maiores possibilidades, hoje, para a direita, aliada à extrema direita. A ausência de uma candidatura definida, com várias disputas, o que provavelmente impedirá a existência de uma unidade no campo do kirchnerismo. Nenhum dos nomes que hoje se apresentam tem posição de destaque nas sondagens.

Embora falte muito pouco – ainda em junho – para o fim do prazo para o registro das candidaturas, ainda pode haver alguma mudança no cenário da disputa, embora sempre seja provável. No campo do kirchnerismo provavelmente haverá uma disputa anterior, na qual o provável candidato de Cristina – Wado de Pedro – se apresenta com força, mas deixando em aberto a possibilidade de outro dos pré-candidatos conseguir triunfar.

Em todos os casos, resta pouco tempo para que uma dessas candidaturas consiga se afirmar com provável grande número de votos. No campo da direita – Horacio Larreta, prefeito de Buenos Aires, e Patricia Bullrich, assim como o da extrema direita, Javier Millei, disputam entre si, com favoritismo para os dois primeiros, embora com evolução positiva para Millei.

É a eleição mais importante deste ano na América Latina. Se triunfasse o kirchnerismo, a Aliança Brasil-Argentina seria retomada, como eixo para a reconstrução dos processos de integração latino-americanos. Se vencer a direita ou a extrema direita, esse processo fica fragilizado, com o relativo isolamento dos dois países.

No Equador, estamos na fase final de registro de candidaturas, com um grande número de candidatos para a eleição deste ano. O candidato do correísmo é amplamente favorito para vencer. Lasso não será candidato, mas há um grande número de candidatos disputando a passagem para um eventual segundo turno.

Na Bolívia, as desavenças entre o atual presidente, Luis Arce, desencadeadas pelo ex-presidente, Evo Morales, provavelmente com uma disputa entre os dois, de forma inédita na América Latina, que provavelmente garantirá, com a vitória de um deles, a já longa continuidade dos governos antineoliberais na Bolívia.

No Uruguai e em Honduras, o cenário ainda é indefinido, com maior probabilidade de vitória das forças antineoliberais, com continuidade política em Honduras e retorno da Frente Ampla ao governo do Uruguai.

Mesmo com as incertezas, a América Latina continuará sendo um continente progressista, eixo das lutas antineoliberais.

Lula, López Obrador, Petro, continuarão como seus líderes mais importantes. Os resultados das eleições deste ano na Argentina e no Equador permitirão definir o perfil que a cena política da mais importante região política terá na mais importante disputa mundial – aquela entre neoliberalismo e antineoliberalismo.

Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

Ilustrações: Divulgação/ Rafael Werkema/ CFESS

JULHO, MÊS DE LUTA!

Iêda Leal

Neste mês de luta ocorrem as comemorações dos 45 anos do Movimento Negro Unificado (MNU). Criado durante emblemático ato público realizado em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o MNU representa um marco de luta no combate ao racismo no Brasil.

Com a existência do MNU, brotaram outras entidades e coletivos com o mesmo sentido e com a mesma perspectiva de garantir os direitos da população negra em nosso país. Um grande salve, portanto, para o MNU!

Em 25 de julho, celebramos o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, criado no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em Santo Domingo, capital da República Dominicana, em 1991. Ali, mulheres negras discutiram sobre modos de combater o machismo, o racismo e todas as formas de violência e preconceito sobre as pessoas negras.

É também em julho, no dia 25, que, no Brasil, celebramos o Dia Nacional Tereza de Benguela, aguerrida mulher quilombola do Quilombo de Quariterê, localizado em Mato Grosso. Símbolo de liderança e força, Tereza construiu e comandou, por duas décadas, um movimento de resistência à escravidão, lutando pela liberdade do seu povo. Ao homenageá-la, celebramos o legado de todas as mulheres negras que honraram e honram nossa capacidade de reorganizar nossos passos a todo momento.

Essas datas nos lembram os anos de lutas negras sem interrupções em nome do nosso povo, vítima de quase 400 anos de escravidão, quando nossos ancestrais foram violentamente arrancados do continente africano e explorados em território brasileiro. Nossa história de luta se mistura com as águas dos oceanos e deixa marcas que atravessam séculos. Nelas, destaca-se a dedicação de mulheres negras que assumiram e assumem o protagonismo da nossa resistência nesse território brasileiro.

Nesse ano de 2023, seguimos lutando contra as desigualdades que cercam o nosso povo, como a violência política contra as mulheres negras nos espaços institucionais, a misoginia e outros fenômenos que teimam em querer tirar nossa história e nos silenciar, mas não conseguiram e não conseguirão! Vamos demarcar as existências e resistências de homens e mulheres negras.

Somos os frutos de mulheres negras, sob o comando e o legado de Luiza Barros, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Marielle Franco, Makota Valdina, mãe Hilda Jitolu, Maria Firmino, Antonieta de Barros, Tereza de Benguela, Tia Ciata, Dona Ivone Lara, entre outras mulheres que não abriram mãos de continuar a luta!

Mesmo diante das adversidades e atrocidades, seguimos galgando espaços e na luta contra todas as formas de opressão, no combate ao racismo e contra o sexismo. Iniciamos as comemorações para marcar nossa história e vamos subir a Serra da Barriga no dia 20 de novembro para nos encontrarmos mais uma vez com nossa história de resistência, referenciando nossos ancestrais. Salve Dandara! Salve Zumbi dos Palmares!

Iêda Leal – Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.

Foto: Lilian Bento

CLAUDIA SALA DE PINHO: DESDE SEMPRE, PANTANEIRA

Zezé Weiss

Quando, um dia, a pantaneira Claudia Regina perguntou ao pai, o peão de comitiva Joaquim de Pinho, desde quando estavam no Pantanal, o velho domador de cavalos, descendente dos povos indígenas Bororo e Guató, da comunidade Boca do Jauru, localizada na região de Cáceres- MT, à beira do rio Jauru, um dos afluentes do rio Paraguai, na fronteira Brasil-Bolívia, respondeu curto e direto: "Desde sempre".

Em princípio, essa não era a resposta que Claudia, também Regina, porque o pai, que nunca frequentou escola, que nunca conheceu o mundo das letras, resolveu dar à filha o nome de rainha, queria ouvir: "Eu esperava uma resposta objetiva, um tempo definido – 100 anos, 200 anos – sei lá". Incisivo, seu Joaquim então completou: "Desde sempre. Quando essas serras se levantaram, já existia gente nossa por aqui".

De Lagoa da Pedra, comunidade de sua mãe, onde nasceu, e depois para a comunidade Boca do Jauru, comunidade de seu pai, a menina Claudia Regina Sala de Pinho, a primeira de três irmãs, saiu cedo, aos sete aos de idade, para estudar em Cáceres, por insistência da mãe. "Eu quero que minhas filhas sejam alguém na vida. O estudo é o caminho", fincou pé dona Adair Sala, mulher negra, não escolarizada, descendente de indígenas chiquitanos e negros do município de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), oriunda dali mesmo, daquelas terras altas do Pantanal, região de transição com a Amazônia.

Toda essa convivência no caldeirão afro-indígena da família fez parte da formação identitária-político-cultural de Claudia. Mas foi na Unemat (Universidade do Estado de Mato Grosso), onde estudou e se formou em Biologia, que a jovem Claudia se descobriu pantaneira. "Eu detestava quando me chamavam de bugre, para mim era uma ofensa, porque bugre é um termo pejorativo que usam lá na nossa região para as pessoas que, como eu, têm sangue de negro e de índio".

A raiva de ser bugre vinha do fato de que, desde pequena, por onde passava costumava ouvir que "os bugres não querem nada, são preguiçosos, só querem saber de pescar". Por vezes, Claudia se perguntava: "Por que não sou branca? Por que não me encaixo? Se sou bugre, qual o meu lugar na sociedade enquanto bugre?" Cheia de dúvidas, Claudia seguiu um dia com uma professora para uma pesquisa de campo na comunidade onde nasceu. "Vocês são uma comunidade tradicional pantaneira", disse a professora, e o mundo de Claudia se abriu.

Entre os anos 2000 e 2001, Claudia começou sua jornada de conhecimento entre outras comunidades do Pantanal, onde as pessoas eram "tão diferentes como eu". Já bióloga, trabalhou nas comunidades para melhorar a qualidade da água que, na época das cheias, fica péssima por conta da "dequada", um fenômeno natural que ocorre quando a matéria orgânica, acumulada nas curvas dos rios, fermenta, tornando a água inadequada para o consumo humano.

O contato direto com as comunidades fez com que Claudia começasse a se envolver na defesa de seus direitos. Em 2004, ao colaborar com o MST da região, compreendeu a importância da luta pela regularização fundiária, "porque terra tínhamos, mas, como as terras onde vivíamos desde sempre não eram tituladas como nossas, havia sempre o risco de uma expulsão autorizada por alguma autoridade, para nos tirar dos territórios que herdamos de nossos antepassados".

O divisor de águas em sua vida de militante ocorreu, entretanto, em agosto de 2005, quando participou do Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), patrocinado pelo governo Lula, na cidade de Luziânia, em Goiás. Dali pra frente, Claudia dedicou sua vida a fortalecer a luta por políticas públicas de qualidade para os PCTs. Luta essa que resultou no Decreto 6.040/2007, do presidente Lula, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

Criada a Política, ao mesmo tempo em que fazia seu mestrado em Ciências Ambientais em Cáceres (2006-2008), dava aulas e se envolvia com a defesa do Pantanal – em 2009 ajudou a fundar a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras. Claudia mergulhou de cabeça na luta dos PCTs, parou de dar aulas e passou a viver de diárias e da ajuda da mãe. "Às vezes eu chegava de viagem, cansada, e em casa não tinha luz, por falta de pagamento a energia tinha sido cortada".

Em 2014, o governo Dilma realizou um processo de encontros regionais para avaliar a política dos PCTs. Claudia pulou dentro, assumiu a liderança, brigou pela criação do Conselho (um dos últimos decretos assinados por Dilma antes do golpe) e mostrou que, desde 2007, a regularização fundiária dos territórios não tinha avançado.

Em julho de 2018, em um encontro de PCTs, realizado pelo Movimento das Quebradeiras de Coco de Babaçu, no município de Monte Alegre, no Maranhão, no território de dona Dijé, quebradeira de coco de babaçu, os e as participantes decidiram pela criação da Redes de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil – Rede PCTs, com 28 segmentos. Em setembro, em Brasília, Claudia foi eleita por seus pares como primeira presidenta do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, para um mandato de dois anos, prorrogado até 2021, sem o reconhecimento do governo do inelegível.

Essa longa jornada de lutas levou Claudia a participar de vários encontros e conferências, nacionais e internacionais, incluindo as últimas quatro Conferências de Biodiversidade (COPs) da ONU. Na última COP, realizada entre os dias 7 e 19 de dezembro de 2022, em Montreal, no Canadá, logo depois da derrota do inelegível, Claudia participou defendendo agendas prioritárias para os PCTs: a) Lei 13.123, do Patrimônio Genético; e, b) Agenda da Plataforma de Territórios.

Militante, Claudia estranhou a falta da presença do governo eleito em Montreal. Inquieta, ligou para a ambientalista Edel Nazaré, hoje Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, que a colocou em contato com Marina Silva, que ligou em seguida. Claudia conta:

> *"Aqui é a Marina". E eu: Marina? "Sim, Marina Silva". Ela, a futura ministra do Meio Ambiente, queria saber o que eu estava pensando. Eu então disse à ministra Marina que alguém da transição precisava incidir na agenda da COP. Eu falei que estava ali pela Rede de PCTs e vejo que as posições que estão sendo colocadas aqui pelo Brasil já não servem, porque são visões que o povo brasileiro derrotou nas urnas. Comecei, então, a atualizar a ministra Marina sobre o que estava se passando e ela designou o Bráulio Dias, agora diretor aqui no MMA, para fazer a representação do futuro Governo Lula na COP do Canadá.*

O resto é história conhecida. Em 5 de abril de 2023, Claudia Regina Sala de Pinho, mulher afro-indígena, bióloga, professora e militante orgânica das causas dos povos e comunidades tradicionais assume como Diretora do Departamento de Gestão Socioambiental de Povos e Comunidades Tradicionais no Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática do Governo Lula.

Em seu discurso de posse, Claudia estabeleceu como sua missão no MMA: "implementar, de fato, o Plano Povos e Comunidades Tradicionais, finalizar os Planos de Desenvolvimento dos PCTs e fazer a defesa intransigente do Pantanal".

Sucesso, Pantaneira!

Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Matéria escrita com base em entrevista concedida à autora por Claudia de Pinho, em Brasília, no MMA, em julho de 2023.

Foto: Arquivo Pessoal

O JAIMÊS QUE SEGUE EM NÓS

Zezé Weiss

Jaime Sautchuk, nosso editor e mestre, nos deixou no dia 14 de julho de 2021. Jaime ancestralizou, virou pó de estrela em alguma constelação de esperança, em algum jardim distante, nos insondáveis mistérios do infinito.

Durante os quase sete anos em que Jaime editou a Xapuri, nossa companheira Lúcia Resende revisou os textos dele. À moda de homenagem, Lúcia juntou as principais expressões dele, que acabamos por adotar como fala própria da nossa equipe aqui na Xapuri:

Bão demais da conta, bão tamém, bem na foto, bora lá, boto a mó fé, boto fé, carca porva, c´ocê, de modo que, foi pras cucuia, iguar que nem, inté, ixe, jazim, lindura, maismenin, meno male, mió de bão, mó barato, nos conforme, nos finarmente, no grau, nóis teima, nos trinque, o mais das veiz, ops, proceis, pros, pruns, salve, supimpa, tá que tá, tão bão, tracoisa, té parece, tocaí (a matéria, a revisão), trodia, tudireitim, um cadim, vô garrá, xá comigo; e, a mió das mió: pois, pois...

Neste segundo aniversário de sua partida do espaço físico deste mundo, além da saudade infinita, segue em nós esse jaimês lindo e sem fim. Gratidão, Jaime!

Zezé Weiss – Jornalista. Parceira de Jaime na fundação da *Revista Xapuri*.

Foto: Divulgação: Leandro de Almeida Luciano/ Wikimedia Commons

O PANTANAL MATO-GROSSENSE E O CERRADO

Altair Sales Barbosa

O IBGE divide o Brasil em seis ambientes diferentes, denominados pelo órgão de Biomas. São estes: Bioma Amazônico ou Amazônia; Bioma Caatinga; Bioma Mata Atlântica; Bioma Pampa; Bioma Cerrado e Bioma Pantanal.

Uma rápida olhada com mais cuidado dessa divisão demonstra que não foram levados em consideração os aspectos fisiográficos, bióticos, edáficos e climáticos, dentre outros, do território brasileiro. Tampouco a história evolutiva de cada ambiente.

Essa divisão parece mais ligada às questões políticas e econômicas que aos estudos ambientais. O próprio conceito de bioma (1916), diga-se de passagem, ultrapassado, dentro dos conhecimentos que a ciência expõe ultimamente e que hoje torna-se impossível entender qualquer matriz ambiental sem considerá-los, não serve de base para o IBGE tomar como orientador de seus conceitos e divisões.

As pessoas que ainda insistem em usar o conceito de Bioma para caracterizar uma matriz ambiental tentam complementar a visão deste, incluindo alguns elementos do ecossistema, mas o fazem de forma desordenada, como se fosse um remendo mal costurado, fato que impede ainda mais a visão de totalidade.

O caso dos Campos de Roraima e Tumucumaque, por exemplo, que se configuram como um Domínio particularizado, definido por Ab'Sáber em 1977, ou Sistema Biogeográfico, na classificação de Barbosa (1992), constitui uma afronta colocá-los como Bioma Amazônico, pois clima, solo, vegetação, história evolutiva etc. são totalmente diferenciados.

O mesmo acontece com as áreas do Planalto Sul brasileiro, coberto por um velho manto de araucárias e associado ao tampão basáltico da Formação Serra Geral, ser incluído no Bioma da Mata Atlântica.

Também é uma afronta descomunal, por falta de conhecimento, separar o Pantanal Mato-Grossense do Cerrado, já que esse não passa de um subsistema alagadiço, formado por uma depressão relativa, dentro do Sistema Biogeográfico do Cerrado que, por sinal, possui áreas similares menores ao longo da sub-bacia do rio Paranã e da sub-bacia do rio Capivari, no sudoeste de Goiás.

O Pantanal Mato-Grossense apresenta, em relação às outras áreas de Cerrado, apenas uma concentração faunística maior, fato perfeitamente explicado pela Biogeografia.

Na América do Sul, desde o final do Pleistoceno, configuraram-se dois grandes corredores de migração silvestre. Um desses corredores recebe a denominação de Corredor das Formações Arreicas. É proveniente da Cordilheira dos Andes, corta em sentido diagonal a América do Sul e termina no litoral brasileiro. O outro corredor se denomina Corredor das Formações Abertas, tem origem no Nordeste brasileiro e termina no Paraguai.

Esses dois corredores se encontram no Pantanal Mato-Grossense, o que explica a maior quantidade de fauna nesse local em relação aos demais ambientes sul-americanos.

Portanto, para finalizar, fica como sugestão ao IBGE mergulhar com carinho no estudo da Biogeografia do Brasil e da América do Sul, rever seus conceitos etc.

As escolas não podem continuar ensinando essa matéria de forma incorreta. Se essa situação persistir, como vem acontecendo, corre-se o risco de planejamentos ambientais deficientes e políticas públicas ineficazes.

Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.

GARÇA

Manoel de Barros

A palavra garça em meu perceber é bela.
Não seja só pela elegância da ave.
Há também a beleza letral.
O corpo sônico da palavra
E o corpo níveo da ave
Se comungam.
Não sei se passo por tantã dizendo isso.
Olhando a garça-ave e a palavra garça
Sofro uma espécie de encantamento poético.

Manoel de Barros – Poeta, em Manoel de Barros – Poesia Completa, Texto Editores, 2013.

Foto: Stefan Lambauer

A AMAZÔNIA E O MUNDO

Lúcio Flávio Pinto

Divulgação/UFPA

Os suíços comemoraram a ascensão do seu Instituto Federal de Tecnologia ETH Zürich, que ocupou o sétimo lugar, no ranking universitário da *Quacquarelli Symonds* deste ano, anunciado nesta semana.

A instituição continua a ser a melhor universidade da Europa continental. No entanto, os suíços também reconheceram que, no geral, as universidades do país novamente perderam terreno A Escola Politécnica Federal de Lausanne, por exemplo, caiu 20 posições, ficando em 36º lugar.

O *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), dos Estados Unidos, liderou a lista da QS pelo 12º ano consecutivo, seguido pelas universidades de Cambridge e Oxford.

A classificação, uma das várias grandes comparações internacionais de educação, elabora sua lista com base em indicadores que incluem reputação acadêmica e de empregadores, relação professor/aluno, citações de pesquisas e perfil internacional. A sustentabilidade foi acrescentada neste ano.

A organização classificadora disse que o ligeiro declínio geral da Suíça foi provavelmente devido ao fato de que "ela está lutando para difundir sua óbvia qualidade em todo o mundo, e particularmente no mercado de trabalho".

As universidades suíças obtiveram uma pontuação alta por sua influência na pesquisa, medida em termos de citações de pesquisa, pela qualidade do ensino e o número de alunos por professor.

O *QS World University Ranking* 2024 lista 1.499 instituições de ensino superior de todo o mundo. A Universidade Federal do Pará, a maior da Amazônia, com 45.647 alunos e 2.605 professores, ficou no 1.401º lugar.

Mas não se ouve qualquer debate a respeito dessa posição. Nem em Belém, nem nas demais capitais dos nove Estados da região, que ocupa 60% do território brasileiro. A Amazônia é cada vez mais um tema mundial. Menos nela própria.

Lúcio Flávio Pinto – Jornalista e Escritor, em https://amazoniareal.com.br/a-amazonia-e-o-mundo/.

16ª Conferência Regional da Fetec-CUT/CN aprova resoluções e delegados à Conferência Nacional

Estão na pauta combater epidemia de adoecimentos mentais entre bancários, organizar os trabalhadores do ramo financeiro e incluir taxação dos super-ricos na reforma tributária

A 16ª Conferência dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), realizada nesta quarta-feira 12 de julho em dezembro, aprovou uma série de resoluções para a ação sindical da entidade e que serão levadas à 25ª Conferência Nacional da categoria que acontece em São Paulo entre os dias 4 e 6 de agosto. Entre elas estão a ampliação das ações visando a organização dos trabalhadores do ramo financeiro na base da Federação a solicitação de audiência pública na Câmara dos Deputados e elaboração de documento a ser entregue ao Ministério do Público do Trabalho denunciando a epidemia de adoecimentos mentais na categoria bancária. E ampliar a mobilização para incluir na reforma tributária a desoneração dos mais pobres e a taxação dos lucros e dividendos e dos super-ricos.

Os representantes dos bancários também ratificaram as propostas e a eleição dos delegados e delegadas que serão enviados à Conferência Nacional, aprovados nas conferências e assembleias das bases dos sindicatos filiados à Fetec-CUT/CN. Aprovaram ainda várias moções condenando o uso da Caixa Econômica Federal como moeda de troca política com o Centrão, repudiando a política

de juros altos do Banco Central e manifestando apoio às seis deputadas federais que estão sofrendo violência de gênero e correm risco de perderem os mandatos.

"A 16ª Conferência teve uma grande representação de toda a base da nossa Federação. Debatemos os grandes temas de relevância tanto da categoria como da sociedade brasileira de hoje, que começou com a Conferência de Saúde e Condições de Trabalho, onde tivemos a oportunidade de aprofundar o debate com os profissionais de saúde refletindo o que considero uma epidemia do adoecimento mental dos bancários", afirma Cleiton dos Santos Silva, presidente da Fetec-CUT/CN.

"E continuaram com o debate e análise de conjuntura, que nos aponta para os desafios da classe trabalhadora para sustentar o projeto de reconstrução do país que se inicia com a vitória do atual governo do Brasil. Isso aumenta a nossa responsabilidade de intervir em todos os espaços políticos do país para reverter os retrocessos sofridos pelos trabalhadores no período anterior e ajudar a garantir o desenvolvimento do Brasil com sustentabilidade, promovendo emprego e renda e a dignidade no trabalho", acrescenta Cleiton.

AS PRINCIPAIS RESOLUÇÕES

• Embora considere um avanço a reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados, que agora vai ao Senado, a Conferência considera que é preciso ir além. Aprovou a intensificação da mobilização e o diálogo com os bancários e com a sociedade para numa segunda fase da reforma incluir a tributação de lucros e dividendos, desoneração do Imposto de Renda aos salários mais baixos e aumento dos impostos dos super-ricos.

• A partir do documentário "Além do limite: Quando a meta é sobreviver", produzido em 2022 pelo Sindicato dos Bancários do Porto Alegre e exibido na Conferência de Saúde e Condições de Trabalho dos Bancários da Fetec-CUT/CN, elaborar documento para entregar ao Ministério Público do Trabalho denunciando a epidemia de adoecimentos mentais na categoria bancária.

• Solicitar audiência pública na Câmara dos Deputados para debater a epidemia de doenças psíquicas dos trabalhadores do ramo financeiro.

• Ampliar o Observatório de Saúde do Trabalhador do Sindicato de Brasília para todas as bases da Fetec-CUT/CN.

• Iniciar a formação de rede de apoio aos bancários adoecidos.

• Ratificar a existência do Coletivo do Ramo Financeiro da Federação com dois integrantes de cada sindicato.

• Reunir periodicamente o Coletivo do Ramo Financeiro para encaminhar as ações políticas de cada base sindical.

• Realizar mapeamento da base laboral e também das representações sindicais de cada Estado.

• Realizar cursos de formação e nivelamento de conteúdo sobre as particularidades dos trabalhadores do ramo financeiro.

• Atualização dos estatutos/carta sindical.

• Compartilhamento de práticas sindicais.

A Conferência Regional foi precedida, na terça-feira 11 de agosto, da Conferência de Saúde e Condições de Trabalho da Federação do Centro-Norte. Veja aqui como foi. E terminou nesta quinta-feira 13 com a assembleia geral extraordinária de aprovação das contas da Fetec-CUT/CN.

FETEC CUT Centro Norte

CARTA DE QUIXOTE A ZANIN: ENTRE MOROS E CRISTIANOS

José Bessa Freire

Se dobrares a vara da Justiça, que não seja consequência do peso do suborno e do compadrismo, mas sim do da misericórdia.

(Cervantes, D. Quixote. Cap. XLII. Conselho a Sancho Pança).

Charge: Divulgação/ Spacca

La Mancha, 3 de agosto de 1605

Prezado Cristiano Zanin

Sou o fidalgo castelhano Dom Quixote, filho de Miguel de Cervantes e te escrevo daqui do Salão dos Mortos, em Valhalla, para te parabenizar por tua posse no próximo dia 3 de agosto como ministro do STF – Supremo Tribunal Federal.

Talvez possam te servir no exercício do poder os conselhos quixotescos que dei há mais de 400 anos a meu fiel escudeiro Sancho Pança, quando foi ele nomeado governador da Ilha Barataria.

Advirto, porém, que o adjetivo "quixotesco" no Brasil é depreciativo, sinônimo de trapalhão e lunático e, no melhor dos casos, de sonhador delirante.

É que o espelho pragmático da política não reflete o sonho legítimo, que nos convida a lutar por uma sociedade menos desigual. Os apedeutas, então, manobram para que nós, os *quixotes*, renunciemos à luta pela justiça e para isso debocham e ridicularizam a utopia, como fizeram na sabatina do Senado. Centrão *dixit*.

Foto: Divulgação/ @AlicanteOut

MORO E CRISTIANO

Esta sabatina lembrou a guerra entre *Moros y Cristianos,* celebrada ainda hoje na Espanha com uma festa tradicional para comemorar a expulsão dos árabes que, no séc. VIII, invadiram a Península Ibérica, retomada pelos reis cristãos séculos depois.

Os participantes se dividem em duas facções – os *moros* e os *cristianos* - vestidos a caráter, numa ambientação histórica que teatraliza a Reconquista.

Os árabes muito contribuíram nas áreas das ciências, da matemática e até do Direito. A tradição islâmica de mais de 1.400 anos, generosa com os povos que fogem de perseguições, influenciou o moderno direito internacional do asilo, como reconhece livro recente editado pelo ACNUR – Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Não foi o caso da versão brasileira dos *Moros*, aqui a malta magna nada aportou de civilizatório, ao contrário representou o negacionismo da ciência e do humanismo. No senado, buscou confundir os desinformados.

Um deles, o *Moro* no singular, é aquele ex-juiz da Lava-Jato, que desmoralizou a luta tão necessária contra a corrupção, quando a usou para obter vantagens pessoais e políticas. Nomeado ministro da Justiça, cobiçava este teu lugar, o que seria um pesadelo para o país. Mas ele é *Moro*, não é *Cristiano*.

Agora, esse *Moro* de igarapé vomitou no Senado a mentira deslavada de que foste o padrinho de casamento do Lula e, devido a tal intimidade, não poderias ser indicado para o STF. *"Se não for verdade, peço desculpas"* – disse cinicamente, plantando dúvida na mente dos ouvintes incautos.

Ignorou que há três anos, ele sim, foi padrinho de casamento da deputada Carla Zambelli, a quem *"pouco conheço"* e com quem *"nunca tive qualquer relacionamento pessoal"* – assegurou contraditoriamente, depois que com ela brigou.

Moro, o Sérgio, está sendo processado no STF, acusado pelo advogado Tacla Durán de cobrar "taxa de proteção" para "aliviar" os alvos da operação Lava Jato. Com o fiofó na mão, ele queria saber se provas obtidas de forma ilícita podem ser usadas para condenar alguém, como fez um certo juiz com voz de marreco quando foi contaminado pela *"Síndrome de Hybris"*.

A DOENÇA DO PODER

Essa doença foi assim denominada pelo neurologista inglês David Owen, em referência a *Hybris,* personagem da mitologia grega que, ébrio de poder, passou a se comportar como um deus e a mostrar que era um filho da mãe *Dyssebia* (Impiedade). A primeira reação de Sancho ao ser nomeado governador mostra seu deslumbramento:

– Não existe nada mais delicioso do que mandar e ser obedecido. Imagino que é muito bom dar ordens, mesmo que seja para um rebanho de ovelhas dóceis – me disse Sancho. Ou, abrasileirando a frase, *"é simples assim, um manda, o outro obedece"* – como falou um general cloroquinado, obedecendo a um capitão.

Sancho, felizmente, foi logo vacinado, quando o duque responsável pela nomeação sugeriu que ele vestisse o traje pomposo de governador, pois a dignidade do cargo não permitia o uso da farda de um soldado, a batina de um sacerdote ou os trapos mequetrefes de um camponês.

Cristiano, vais usar a toga profanada pelo golpista Willian Lima, que invadiu o STF no 8 de janeiro e vestiu-a simulando ser Batman. Vê, pois, a resposta de Sancho:

– Podem me vestir como quiserem, com qualquer fantasia, porque de qualquer forma que esteja vestido serei sempre Sancho Pança.

Prezado *Cristiano,* usa a veste talar, mas não deixa o Poder te adoecer. Mantém fidelidade ao menino modesto e inteligente, que nasceu em Piracicaba em 15 de novembro de 1975 e, republicano, cultivou um senso de justiça agudo.

Sei que tinhas fama de católico conservador de direita, quando estudante na PUC-SP. Dizem as temerosas línguas que talvez esteja nascendo no STF um novo Dias Toffoli, aquele ministro que confessou ter condenado o ex-presidente do PT José Genoíno, *"mesmo sabendo que era inocente"*.

A TOGA DE BATMAN

De qualquer forma, com o objetivo de contribuir modestamente para que isto não ocorra, adapto aqui pra ti os conselhos que dei a Sancho, quando ele assumiu o cargo de governador da Ilha e ficou deslumbrado com o poder.

Em primeiro lugar, prezado Cristiano, não atribuas apenas a teus méritos a indicação para ministro do Supremo, mas dá graças ao céu que dispõe sobre esses assuntos. Dessa forma, poderás avaliar a grandeza do ofício e da carreira no STF e hás de temer a Deus, porque nisso reside a sabedoria e sendo sábio não errarás em nada.

Em segundo lugar, para fazer justiça procura saber quem és tu, tenta te conhecer, que é o conhecimento mais difícil de se obter. Se conseguires, não terás o mesmo destino do sapo da fábula de Esopo, que inchou para ficar igual ao boi e acabou explodindo.

Em terceiro lugar, não desprezes os pobres, os indígenas, os negros, os discriminados. Achem em ti mais compaixão as lágrimas do pobre, mas não mais justiça do que as versões do rico. Procura descobrir a verdade escondida detrás das promessas e das propinas dos ricos, da mesma forma que detrás dos soluços e lamúrias do pobre. Mas se por acaso dobrares a vara da justiça, que pelo menos não seja em consequência do peso do suborno e do compadrismo, mas sim do da misericórdia.

Falo assim pensando no teu voto na questão do Marco Temporal. Por último, não confies nos puxa-sacos do Centrão ou nos rapapés do Flávio Rachadinha. E aceita os cumprimentos de quem te admira.

P.S – Dizem os entendidos que a tendência deste verão para os homens são os cabelos penteados com brilhantina com efeito *wet look* retrô dos anos 50. A neta do Taquiprati, de 12 anos, que me psicografa, viu a sabatina na TV e disse: – Vovô, o penteado dele arrasou. Melhor que a cabeleira xexelenta do Moro.

José Bessa Freire. – Professor. Jornallista. Escritor. Blogueiro e gestor do www.taquiprati.com.br. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

ENTRANHAS LAPIDADAS NO CHÃO DO CÉU

Antenor Pinheiro, especial de Serra da Estrela, Portugal

"Recortes de negro aqui e ali, parecem ilhéus
Serra da Estrela, eterna quimera
Em rios de luz, flocos de neve, tua alma nasceu
Sulcaste as entranhas do ventre da terra ..."
(Antónia Ruiva, 2009)

As lagartixas-da-montanha fazem mover flores e folhas rasteiras das silenes lilases e brancas ornadas por neve em transição. Observo-as ligeiras, como que em busca de proteção para suas delicadas patinhas carijós nos frios campos assentados sobre a manta rochosa da serra mais charmosa do solo de Camões, cujo nome me remete pra bem pertinho do céu: Estrela!

Hoje entendo! Seus afloramentos rochosos disformes, recortados, têm incrustadas marcas deixadas pelo rigoroso abrasão glaciar que lhe retira os extratos da superfície ao movimento deslizante de cristais de gelo, obediente ao solo inclinado. E à radiação do sol que se torna cálido com a primavera fotografada, têm lapidados seus contornos até que se transmutem em esculturas barrocas ladeadas de flocos brancos de neve.

Logo mais, a fenda mais baixa, depositária de sedimentos conduzidos por suas estrias, formará a azul bacia d'água glacial que se infiltra manhosamente nas fraturas de seus granitos de 300 milhões de anos.

Esta, a sua dinâmica geomorfológica, agora o sei!

Antenor Pinheiro – Geógrafo. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

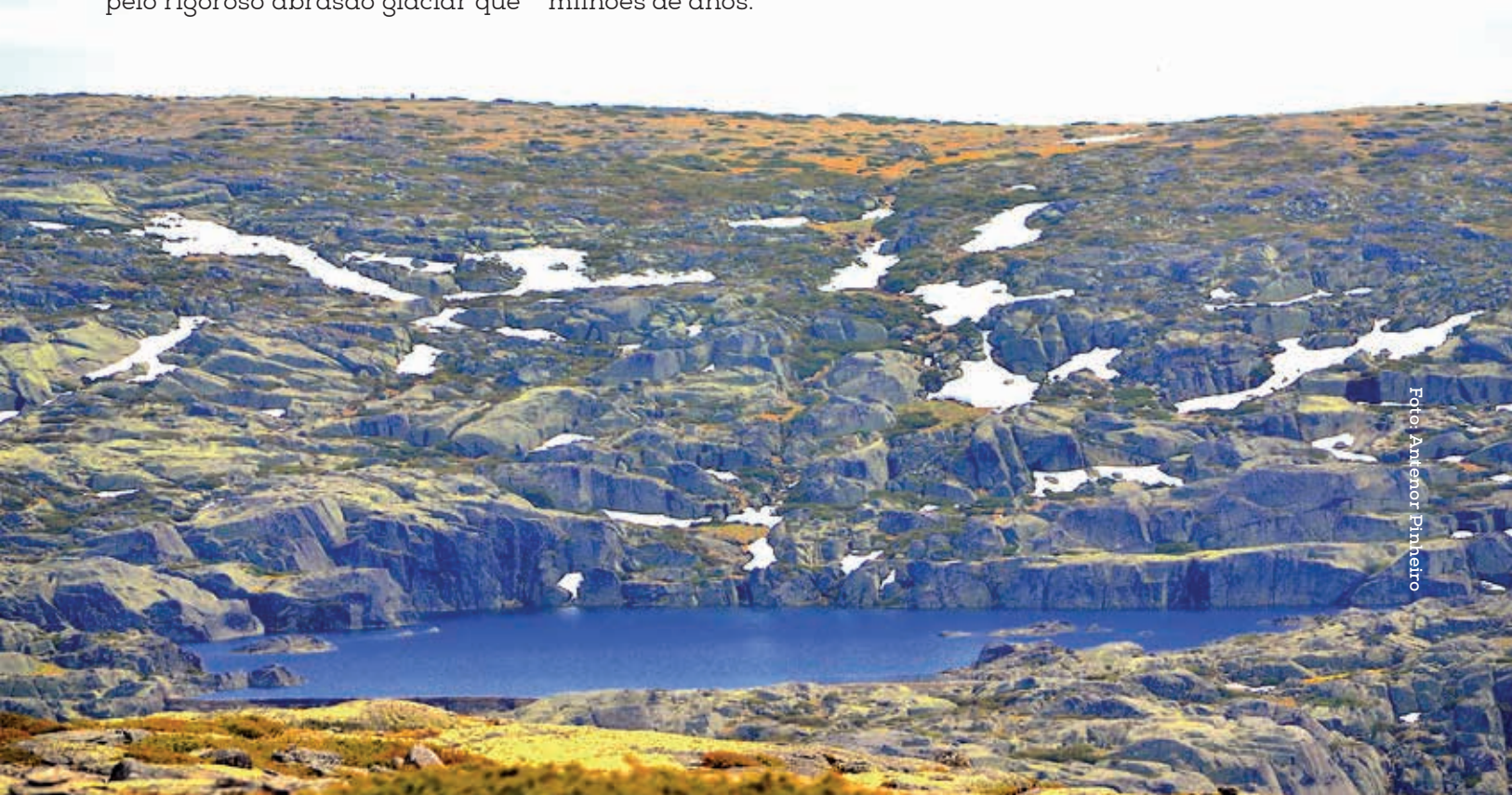


Foto: Antenor Pinheiro

"MOVIMENTO": UM JORNAL SEM PATRÕES

No dia 7 de julho de 1975 chegou às bancas o primeiro número do semanário *Movimento*, que teria grande influência no debate político da esquerda e das forças democráticas do país.

Criado por um grupo de profissionais saídos do jornal *Opinião*, liderado por Raimundo Rodrigues Pereira, *Movimento* tinha a proposta de ser "um jornal de jornalistas", sem um empresário na direção.

A nova publicação tinha um programa explícito em defesa de uma frente de oposição à ditadura e da convocação de uma Assembleia Constituinte. Cobriu as greves do ABC, o surgimento da liderança de Lula e dos novos movimentos populares. Deu destaque também aos problemas urbanos, como a crise do transporte público.

Desde a primeira edição, o jornal esteve sob censura prévia, que durou três anos e vetou 3.093 artigos na íntegra, 3.162 ilustrações e cerca de 4,5 milhões de palavras. O jornal circulou até novembro de 1981 e teve cinco de suas 334 edições apreendidas nas bancas.

Fonte: https://fpabramo.org.br/focusbrasil

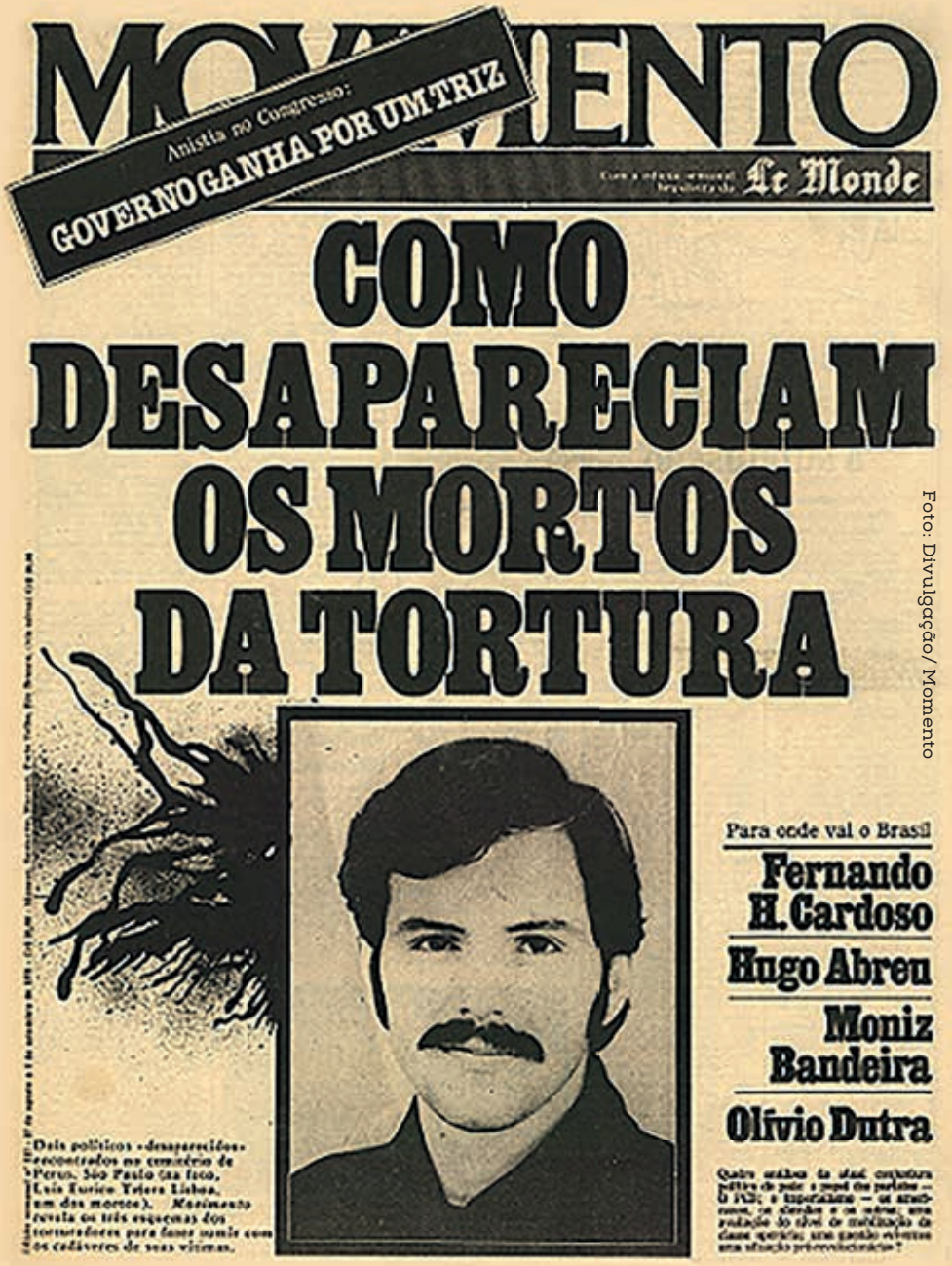


Foto: Divulgação/Momento

SLEEPING GIANTS DERROTA A JOVEM PAN

Altamiro Borges

A derrota de Jair Bolsonaro – nas urnas e nas suas várias orquestrações golpistas – pode custar muito caro para a Jovem Pan, que se constituiu na principal emissora chapa-branca do fascismo nativo no período recente. Nos últimos dias, ela sofreu mais dois graves reveses. A Jovem Klan – como também é chamada por sua linha editorial de extrema-direita – corre o sério risco de ver minguar os seus recursos financeiros e, pior ainda, de ter cassada a sua outorga para a exploração de concessões públicas de radiodifusão.

Na quinta-feira (29 de junho), o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o arquivamento do inquérito policial que investigava se o movimento Sleeping Giants, que defende os consumidores diante da difusão de fake news e do discurso de ódio, cometeu crime de difamação ao fazer campanha pela desmonetização da Jovem Pan. O inquérito tinha sido aberto a pedido da empresa no Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), em São Paulo, no início do ano. A emissora acusou a organização de promover, desde novembro passado, uma campanha difamatória com o "objetivo declarado de privá-la de anunciantes".

A tentativa de intimidação, porém, não deu certo. Em seu despacho pelo arquivamento, o ministro Alexandre de Moraes enfatizou que "a instauração ou manutenção de investigação criminal sem justa causa constitui injustiça e grave constrangimento aos investigados". Com isso, segue em curso a campanha #DesmonetizaJovemPan contra a emissora "conhecida por propagar desinformação e discurso de ódio" e divulgar "discursos golpistas". Segundo levantamento da Sleeping Giants, 98 marcas já deixaram de pagar por publicidade na emissora. Só o cancelamento dos anúncios da Toyota e da Caoa Chery resultaram em perda de R$ 837 milhões em um único mês.

MPF PEDE CANCELAMENTO DAS OUTORGAS

Dois dias antes, em outro duro baque, o Ministério Público Federal de São Paulo ajuizou uma ação civil pública solicitando o cancelamento das licenças de rádio da Jovem Pan e aplicação de multa de R$ 13,4 milhões contra a emissora. Segundo o MPF-SP, a empresa deve ser "responsabilizada por lesar a sociedade ao disseminar de forma sistemática conteúdos com desinformação e por incitar atos antidemocráticos". Também foi expedida uma recomendação à Controladoria Geral da União (CGU) solicitando a abertura de processo administrativo vetando acordos com o governo. Caso o pedido seja aceito, a Jovem Pan deixará de receber verbas publicitárias oriundas dos cofres públicos.

"A severidade das medidas pleiteadas se justifica pela gravidade da conduta da emissora. A Jovem Pan divulgou reiteradamente conteúdos que desacreditaram, sem provas, o processo eleitoral de 2022. Os conteúdos também atacaram autoridades e instituições da República, incitaram a desobediência a leis e decisões, defenderam a intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes", justifica a Nota do MPF.

#DesmonetizaJovemPan

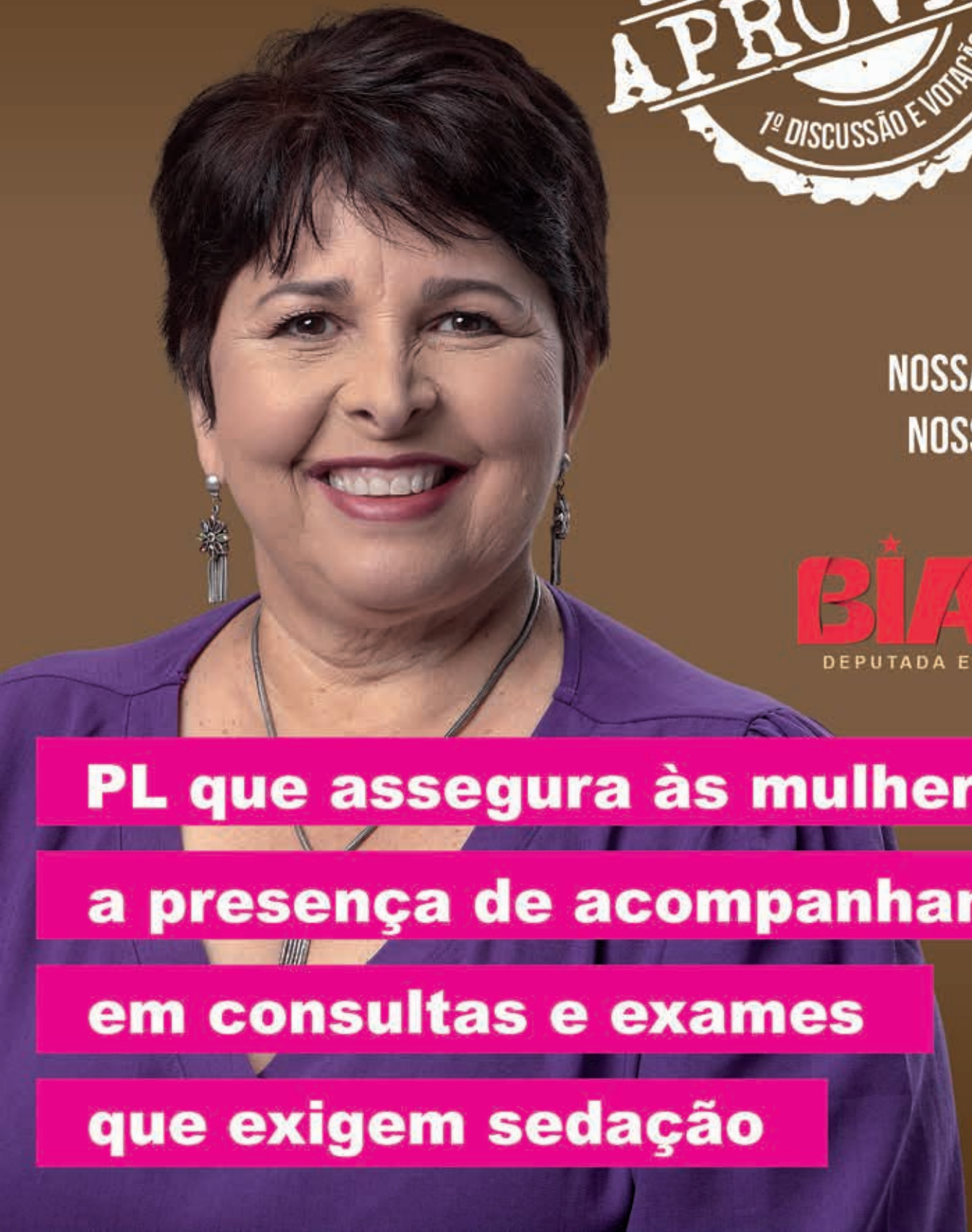
Altamiro Borges – Jornalista, em www.altamiroborges.blogspot.com.

Foto: Divulgação

SINTEGO

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

1º DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
APROVADO
1º DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



NOSSA FORÇA,
NOSSA VOZ.

BIA de Lima luta
DEPUTADA ESTADUAL

PL que assegura às mulheres a presença de acompanhante em consultas e exames que exigem sedação

Foto: Divulgação

SERIA O PRESIDENTE JK A REENCARNAÇÃO DE UM FARAÓ EGÍPCIO?

Mesmo sendo uma cidade ainda muito jovem, além de sua arquitetura planejada, de seus ipês maravilhosos e do céu mais lindo do Brasil, em seus 62 anos Brasília já acumula muitas lendas, algumas assustadoras, outras simplesmente insólitas.

Uma delas – e uma das mais bizarras e extraordinárias – é a que coloca o ex-presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira como uma reencarnação do faraó Akhenaton (ou Amenothep IV), que viveu há cerca de 3.600 anos, no antigo Egito.

Diz a lenda candanga que, assim como a cidade de Akhetaton, construída por Akhenaton, nono rei da 13ª dinastia egípcia, para ser um centro político, Brasília também tem muitas pirâmides e formas similares em sua arquitetura.

Exemplos não faltam, como a Ermida de Dom Bosco, a Torre de TV e o Templo da Boa Vontade. O próprio Teatro Nacional, a maior pirâmide da capital federal, seria, segundo as teorias do misticismo, uma representação da Pirâmide de Kéops, também uma pirâmide sem ápice.

Uma das coincidências que reforçam a lenda é o fato de tanto o faraó Akhenaton como o presidente JK fizeram suas cidades em quatro anos, ambas com um lago artificial para amenizar a qualidade do ar, ambas em forma de um pássaro (ou avião, no caso de Brasília) e ambas divididas em asas, com os prédios administrativos longe da área residencial.

Para completar, Akhenaton e JK faleceram exatos 16 anos depois da inauguração das lindas cidades que construíram. Seria então o presidente bossa-nova que construiu Brasília a reencarnação do próprio faraó Akhenaton do Egito antigo? Haja imaginação!

A NATUREZA TAMBÉM TEM SEUS DIREITOS

Felício Pontes

Foto: Divulgação/ Jefferson Macurap/ wikiCommons

A discussão sobre os direitos da Natureza vem ganhando força pelo mundo. Há diversos exemplos de conquistas relacionadas ao Direito da Natureza, como a nova Constituição do Equador, a primeira no mundo a reconhecer expressamente no seu texto os Direitos da Natureza.

A Constituição do Equador foi um marco para todos que defendemos os direitos da natureza. Ela surge através do pensamento dos povos indígenas do Equador. Trata-se de novidade para a sociedade dominante, oriunda do neocolonialismo. Porém, não para os povos originários da América Latina, os quais sempre mantiveram uma relação de respeito para com a Natureza.

Se conseguirmos no Brasil fazer com que também sejam reconhecidos os direitos da Natureza, a primeira grande consequência será fazer com que esses grandes projetos que afetam de modo irremediável os ecossistemas, sobretudo na Amazônia, não possam ser realizados, pois afetariam de maneira a não permitir sua regeneração, o que, na prática, equivaleria a um ecocídio. Um exemplo disso é a Hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu, Pará.

Recentemente, o Rio Laje, em Guajará-Mirim (RO), foi reconhecido como um ente vivo e sujeito de direito. Essa foi a primeira vez que um rio teve seus direitos reconhecidos por lei no país Este marco legal estabelece que o Rio Laje possui o direito de "manter seu curso inalterado", de "prover e receber nutrição" e "coexistir com condições físico-químicas que garantam seu equilíbrio ecológico".

A partir de agora, a própria mentalidade do Judiciário poderá mudar no sentido de fazer com que esse reconhecimento seja efetivo, o que significa que nenhum projeto que cause morte no rio possa ser implantado na sua bacia. O STF já deu sinais de que nossa Constituição é ecocêntrica, e não antropocêntrica.

O reconhecimento do Rio Lage é um passo gigantesco para que outros rios, ou outros ecossistemas no Brasil, tenham esse reconhecimento até que se chegue ao nível que chegou a Constituição do Equador e, em seguida, da Bolívia.

Diante da emergência climática em que vivemos hoje, o reconhecimento dos direitos da Natureza pode nos ajudar a sair desse caminho rumo a um abismo que coloca em risco a própria espécie humana.

Trata-se de uma nova relação com a Natureza. O pensamento de René Descartes, que via o homem como mestre e senhor da Natureza, não mais deve vigorar. Em seu lugar, deve-se colocar o pensamento dos povos originários. Esse será nosso grande passo civilizatório deste século.

Felício Pontes- Procurador Regional da República e assessor da REPAM-Brasil.
Edição: Rodrigo Durão Coelho
https://www.brasildefato.com.br/

Foto: Divulgação/ Ricardo Stuckert

A CÚPULA DA AMAZÔNIA E O DESMATAMENTO ZERO

Gilney Viana

Nos dias 8 e 9 de agosto próximo, ocorrerá em Belém, estado do Pará, a Cúpula da Amazônia – IV Reunião de Presidentes de Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), precedida pelos Diálogos Amazônicos entre os dias 4 e 6, compostos por plenárias promovidas pelo governo e por múltiplas atividades auto-organizadas por entidades da sociedade civil, academia e de centros de pesquisa que terão espaço para apresentar suas propostas aos governantes – já pensando na 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, que se realizará em Belém, em 2025.

A questão central para a COP, desde o Acordo de Paris, em 2015, é evitar a elevação da temperatura média da superfície do planeta até 1,5º C além da média registrada antes da revolução industrial – o que está a exigir metas nacionais e globais mais ambiciosas e em prazos mais curtos do que os compromissados até agora, para redução das suas emissões de gases de efeito estufa.

Já para os países amazônicos, especialmente o Brasil, a questão central é reduzir o desmatamento da floresta a zero, o mais breve possível, o que lhes possibilitaria, não apenas atingir metas mais ambiciosas de redução das emissões de gases de feito estufa, mas, se articulada com outras medidas, como reflorestamento em larga escala, se transformarem em países com balanço positivo de carbono. Isto é possível, contudo, exigirá muito mais que acordos de cúpulas globais e regionais.

O simples anúncio oficial de que a cidade de Belém sediará a COP 30, em 2025, já desencadeou uma série de processos políticos e sociais que não poderão mais ser barrados: os governos reativaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); os povos destes países tendem a cada vez mais entender o que significa a crise climática e o papel estratégico que a Amazônia ocupa para seu enfrentamento; os povos indígenas, através das suas organizações nacionais e internacionais, ganharam um protagonismo internacional relevante, nesta e noutras temáticas globais; e, as mais variadas representações da sociedade amazônica exigem protagonismo, para definir seu destino.

Assim como é crescente a percepção global de que não se pode mais ter uma economia baseada nas fontes de energia fósseis, em benefício de monopólios que dominam este segmento, também é crescente na Amazônia, e no Brasil, que já não é mais tolerável uma economia regional baseada na conversão da floresta em pastagens para pecuária e campos de soja, sob domínio de uma minoria que se apropria da terra, da água, da biodiversidade, dos minerais, dos conhecimentos tradicionais e dos conhecimentos científicos e socializa a poluição, as emissões de CO2, a elevação da temperatura do planeta, a alteração dos regimes das chuvas, com todos os amazônicos e amazônicas, todos os brasileiros e brasileiras, e toda a humanidade (e, porque não dizer, com todas as espécies viventes).

Uma mudança dessa amplitude e profundidade, que atinge milhões de pessoas, exige um período de transição ecológica com forte atuação do Estado e da Sociedade. Atingir a meta do desmatamento zero é fundamental, porque no caso do Brasil é a maior fonte de emissão de CO2; é inadiável, porque está se aproximando do ponto de não retorno, da perda da capacidade de regulação das chuvas e de conservação da biodiversidade, por parte da floresta amazônica. A hora é agora.

Gilney Viana – Pesquisador do Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

CEF 11 do Gama se torna referência em sustentabilidade

O que começou como um projeto de ciências, com o objetivo de propor economia de energia para o Centro de Ensino Fundamental 11 do Gama, foi muito além e, hoje, coloca a unidade escolar no centro dos holofotes em questão de sustentabilidade. E o projeto, realizado por estudantes e professores(as) do CEF, é audacioso: tornar o Centro de Ensino Fundamental a primeira escola 100% sustentável do Distrito Federal.

Transformando a teoria em atividades práticas, formas

educativas de estimular a criatividade, a crítica e a reflexão no processo de ensino e aprendizagem, proporcionando um aprendizado mais significativo aos(às) alunos(as), o ex-diretor Luiz Antônio Fermiano, juntamente com o corpo docente da escola, aproveitou o Circuito de Ciências para alçar voos mais altos. Nascia aí o projeto Uma escola sustentável.

Origem do projeto

Tudo começou em 2018, quando um grupo de professores(as) e os(as) alunos(as) Mariana Luiza Lima de Oliveira, 16 anos, e Davi Luiz Lima de Oliveira, de 15, idealizaram um programa de sustentabilidade. O projeto ganhou força entre alunos(as) e professores(as) e venceu a Feira de Ciências do mesmo ano, quando disputou a competição com outras escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. "Nós apresentamos a ideia para os nossos alunos, eles receberam esta ideia muito bem e começaram a pesquisar formas de economizar energia", comenta a professora de língua portuguesa Natália da Silva, explicando que após criar maquetes, os(as) estudantes e o corpo de professores(as) chegaram ao consenso que o melhor seria investir em energia fotovoltaica.

Com todos os cálculos, estudos, análises e o projeto finalizados, a conversão de todo o material teórico em prática, ou seja, na instalação das placas de energia solar, barrou na falta de verba. "Nós começamos a bater de porta em porta pedindo ajuda. Foi um caminho longo e só conseguimos concretizar o projeto em 2022, com uma emenda parlamentar no valor de R$ 200 mil", explicou Luiz Antônio.

Com a instalação de 100 placas de energia fotovoltaica no telhado do ginásio de esportes, o CEF 11 conseguiu reduzir a conta de energia de R$ 4 mil para aproximadamente R$ 300 por mês. A economia no valor é apenas um processo positivo, lembra Luiz Antônio. "Investir em sustentabilidade no ambiente escolar é a principal preocupação. Além disto estamos investindo na conscientização dos nossos alunos, que levarão este conhecimento para suas casas, para suas famílias e para a vida. Além de investir em uma educação ecológica, estamos preservando a natureza. Somente neste período que a escola está com energia fotovoltaica já deixamos de cortar 428 árvores e economizamos 868 quilos de carbono", ressalta.

Pelo projeto de energia solar fotovoltaica, a escola ganhou destaque nacional com o prêmio Educador Transformador, promovido pelo Sebrae e entregue em São Paulo no mês de maio, e ainda pode fornecer energia limpa para outras escolas públicas, divulgando assim a ideia de sustentabilidade.

Passo 2: Horta sustentável

Finalizado o primeiro passo, a atual diretora do CEF 11, Leila Rodrigues, revela que o objetivo agora é investir na criação de uma horta nas dependências da escola, onde os(as) próprios(as) alunos(as) serão responsáveis por plantar, cuidar e colher. Todas as verduras, legumes e hortaliças serão utilizadas na merenda escolar dos(as) próprios(as) estudantes, trazendo mais economia para a unidade escolar.

Com a horta em funcionamento, o CEF dá mais um passo para se transformar em uma escola sustentável, definição dada para aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente, compensando seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, garantindo assim qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

A diretora Leila Rodrigues afirma que a escola tem investido na conscientização dos(as) aluno(as) e de suas famílias com o objetivo de ter um sistema sustentável. "Com a nossa horta, estudantes e professores poderão plantar parte dos alimentos consumidos na escola, o que nos dará mais economia. O que queremos é promover a conscientização ambiental dos nossos alunos para que eles levem tudo isto para casa e sejam multiplicadores dessa ideia sustentável", afirma.

Passo 3: Biodigestor

Com os resíduos da horta, a escola colocará em prática o terceiro passo do projeto: a utilização do biodigestor. O equipamento é capaz de transformar matéria orgânica em biofertilizantes e biogás, evitando assim a poluição do meio ambiente, além de reduzir a emissão do gás metano na atmosfera.

O material utilizado no biodigestor será os restos orgânicos da própria horta, tendo um desperdício zero. "Além de plantarmos muito daquilo que os alunos irão consumir na merenda escolar, os restos serão utilizados no biodigestor. O resíduo torna-se parte de uma economia circular, já que é transformado tanto em um biofertilizante natural quanto em biogás. Isto gera mais economia para a nossa escola", comemora Leila.

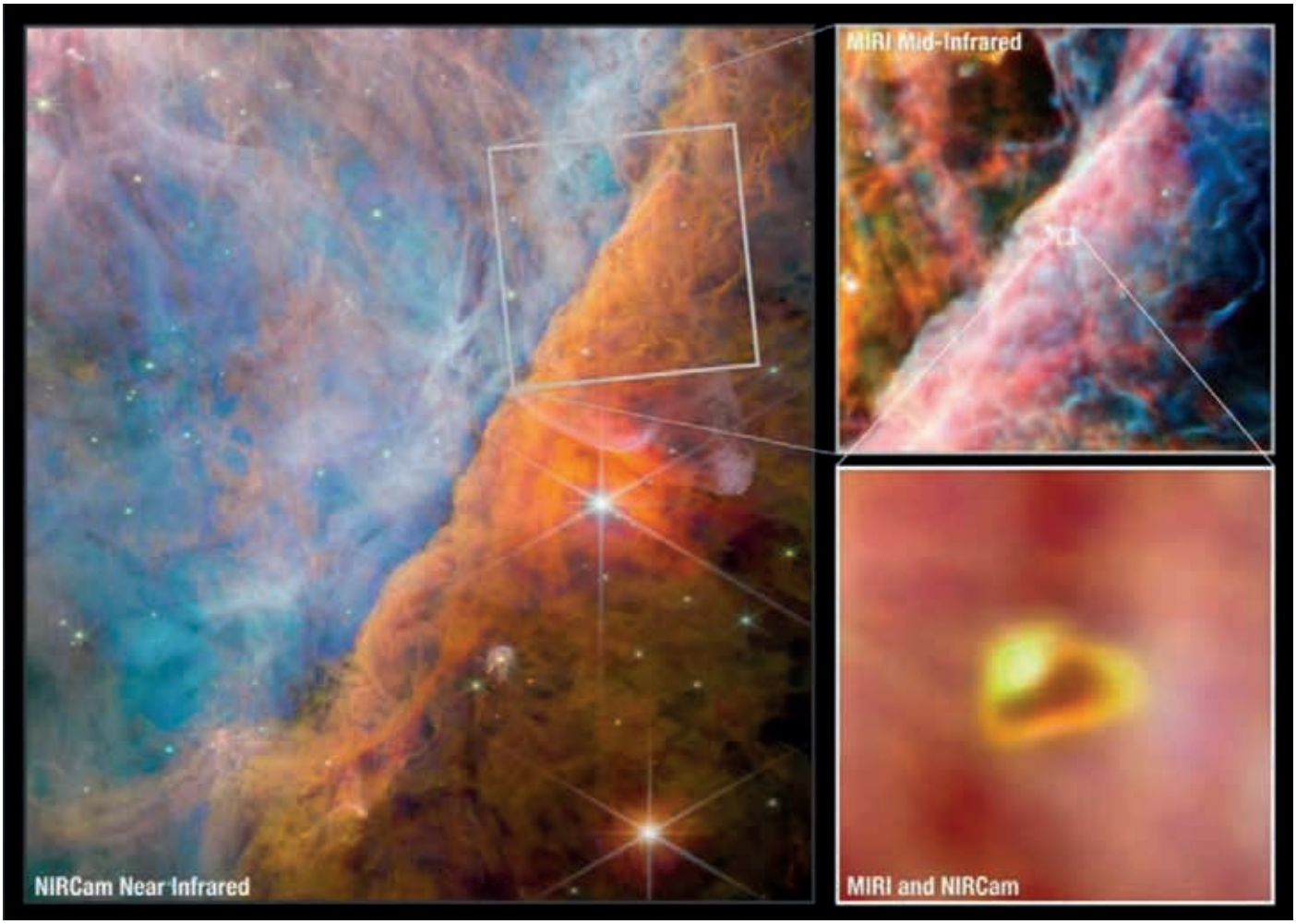
Ao colocar a teoria em prática, a escola propaga a ideia da sustentabilidade, da economia e do uso consciente de todo potencial natural disponível no mundo. "O que precisamos é mudar o senso crítico dos nossos alunos e da sociedade. Estamos fazendo a nossa parte", finaliza Leila Rodrigues.

SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

ESTAMOS OU NÃO A SÓS NO UNIVERSO?

NASA ENCONTRA MOLÉCULA DA VIDA A 1.350 ANOS-LUZ DA TERRA

Eduardo Pereira



Aumentam as chances de que nós, os humanos, não estejamos sozinhos na imensidão praticamente infinita do universo? Recentemente, o Telescópio Espacial James Webb, da NASA, encontrou a molécula de cátion metila (CH3+), em um disco protoplanetário em um sistema estelar jovem localizado na Nebulosa de Órion, a 1.350 anos-luz de distância da Terra.

Segundo dados divulgados pela NASA, o composto chamado de catião metilo ou CH3+, encontrado em um disco protoplanetário chamado d203-506, que orbita uma estrela anã vermelha, no Cinturão de Órion, é considerado um componente-chave que ajuda a formar moléculas mais complexas baseadas no carbono.

O Cinturão de Órion, por nós conhecido como Três Marias ou Três Reis, é um asterismo composto por três estrelas alinhadas – Mintaka, Alnilam e Alnitak – que formam o cinturão da constelação de Órion, o caçador colocado por Zeus entre as estrelas que formam a constelação de Órion.

Viveriam aí, entre essas três estrelas facilmente identificáveis no céu por seu brilho, nossos parentes extraterrestres?

Eduardo Pereira
Sociólogo.

DINAMARCA DEVOLVERÁ AO BRASIL MANTO RARÍSSIMO DO POVO TUPINAMBÁ

Maria Letícia Marques

Não tem mineral, não tem fóssil, não tem artefato que consiga ser mais importante que esse manto. Ele representa as primeiras populações brasileiras, é um artefato de uma das primeiras populações brasileiras.
Alexander Kellner – Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro

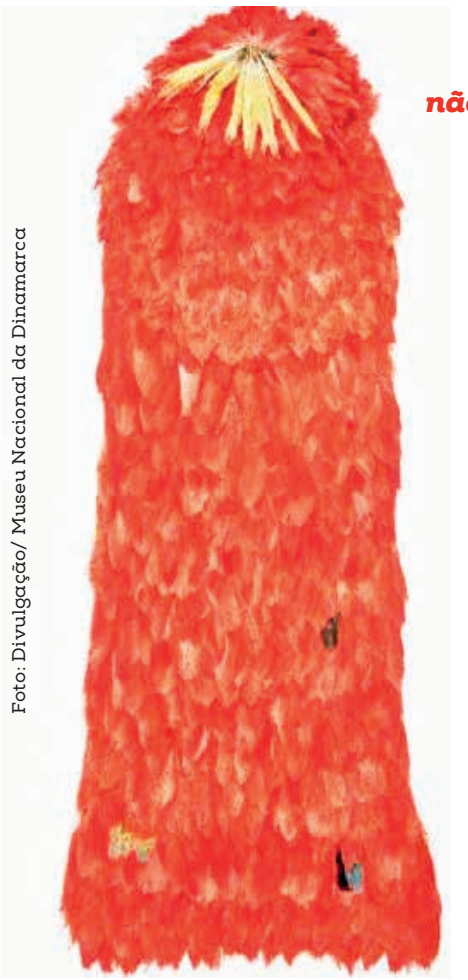


Foto: Divulgação/ Museu Nacional da Dinamarca

Há pelo menos 300 anos, um belíssimo manto Tupinambá, adornado com plumagem vermelha, fez parte da coleção do Museu Nacional da Dinamarca.

Levado do Brasil durante a ocupação holandesa do século XVII, no período colonial, o manto, extremamente raro, será agora devolvido ao Brasil, por meio de uma doação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, conforme anúncio do museu dinamarquês no último dia 27 de junho.

Costurado por meio de uma técnica artesanal ancestral, o manto, feito com penas vermelhas de guará, uma ave que vive em áreas de mangue do litoral brasileiro, tem 180 cm de altura por 50 cm de largura, representa uma parte essencial da cultura material e das tradições ancestrais do povo Tupinambá.

Conforme matéria do G1 (https:manto-tupinamba-que--esta-na-dinamarca-sera-devolvido-ao-brasil), os Tupinambá foram um dos primeiros povos indígenas a ter contato com os europeus, após o início da invasão do território pelos portugueses em 1500. Eles habitavam várias aldeias ao longo de uma larga faixa do litoral atlântico e enfrentaram guerras de extermínio, tomada do território, escravização, conversão religiosa e a imposição da língua portuguesa. Mesmo assim, resistiram e, ainda hoje, lutam para manter sua identidade.

Registros europeus dos séculos 16 e 17 mostram que os mantos eram usados pelos Tupinambá em importantes rituais. Muitos foram enviados à Europa por missionários jesuítas, outros foram roubados como espólio de guerra ou trocados num comércio desigual que favorecia os colonizadores. Estima-se que hoje existem cerca de dez mantos Tupinambá, todos eles em museus europeus.

Tratados como itens de valor em coleções reais, algumas peças chegaram a ser usadas por nobres europeus. Uma grafia de 1599 mostra um duque integrante da corte alemã vestido com um manto vermelho numa procissão intitulada "Rainha da América". Outro aparece vestindo a princesa Sophie von Hannover, filha de um rei da Boêmia, em um retrato pintado a óleo em 1644.

Eu vejo a nossa cultura como um pote que foi quebrado, espalhando vários caquinhos, vários fragmentos por todo o canto. Agora é o momento de a gente recolher esses fragmentos e recompor esse pote. Essa é uma oportunidade para que a cultura Tupinambá seja vista em seu todo – e não apenas em partes, afirmou Glicéria Tupinambá ao G1.

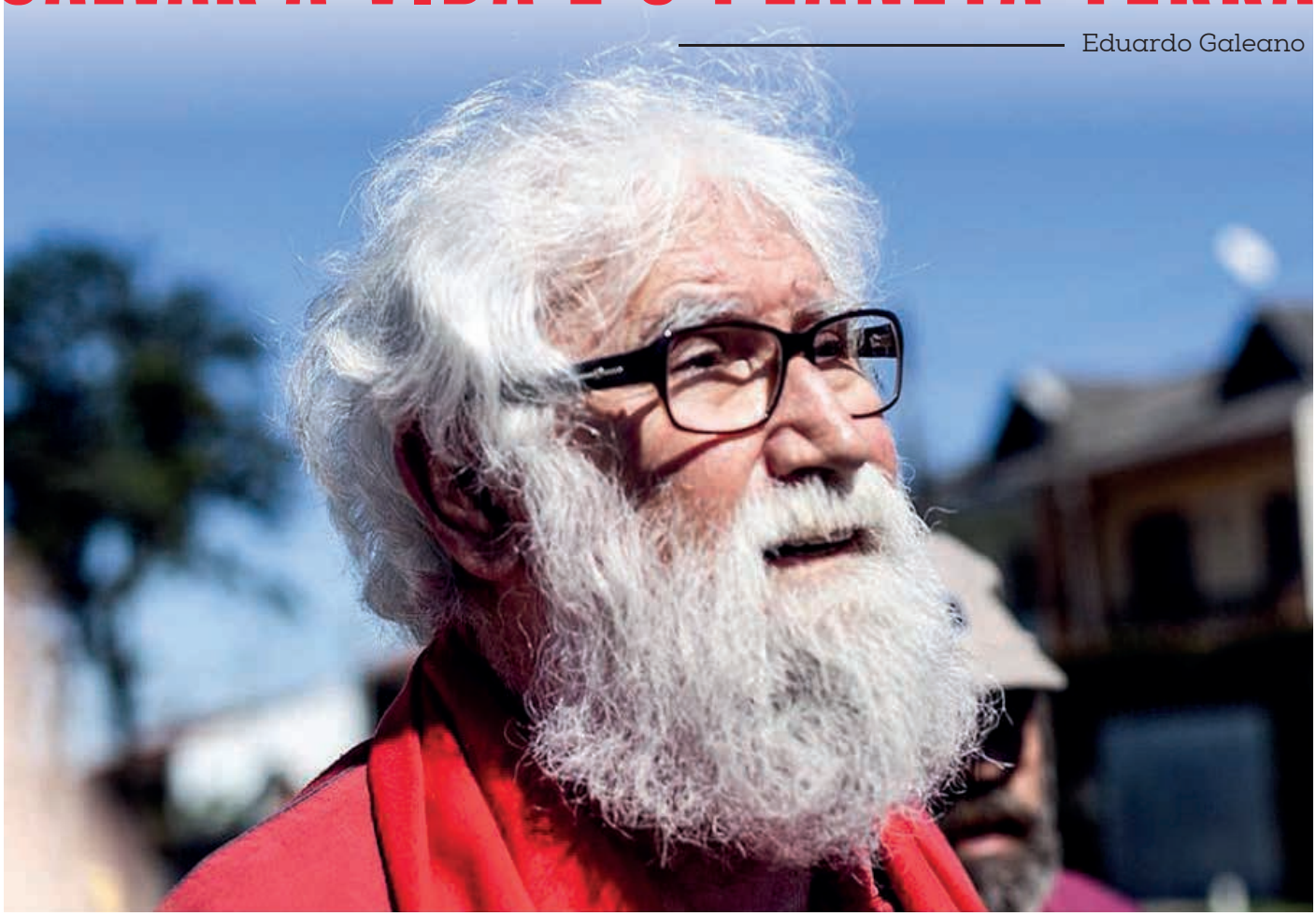
Em nota, o Museu Nacional do Rio de Janeiro celebrou o acontecimento: "A doação do manto Tupinambá configura algo radicalmente novo e que merece ser celebrado: é a primeira peça de incomensurável valor simbólico e artístico, um ícone da história do Brasil e de sua Antropologia, que regressa para o país e para a guarda das instituições nacionais".

O G1 informa que as negociações para a repatriação do manto, que deverá retornar ao Brasil a partir de maio de 2024, só foram possíveis graças ao envolvimento do embaixador brasileiro na Dinamarca, Rodrigo de Azeredo Santos, do Museu Nacional e da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, localizada na ainda não demarcada Terra Indígena Tupinambá Olivença, na Bahia.

Maria Letícia Marques – Pesquisadora e redatora voluntária para a Revista Xapuri.

A JUSTA MEDIDA: UM VALOR UNIVERSAL QUE PODE SALVAR A VIDA E O PLANETA TERRA

Eduardo Galeano



A justa medida constitui um valor universal, presente em todas as culturas, e representa um dos pontos mais importantes de todos os caminhos éticos. Encontrava-se inscrita nos pórticos dos templos ou nos edifícios públicos, seja do Egito, da Grécia e do Império romano e alhures. A virtude da justa media significa o caminho do meio, o nem demais e o nem de menos e a dose certa. Ela se opõe a todo excesso e a toda ambição exagerada (*hybris* em grego). Recomenda o autocontrole, a capacidade de desprendimento e de renúncia.

Estamos convencidos de que uma das causas principais do caos atual, com o desiquilíbrio do planeta Terra, com a devastação de quase todos os ecossistemas, com o aquecimento global que introduziu, de forma irreversível, um novo regime climático mais quente, que se mostra pelos eventos extremos a nível mundial, com a intrusão de vários vírus, o pior deles até agora, o coronavírus, dizimando milhões de vidas, com a explosão de guerras em 18 lugares diferentes na Terra, particularmente a letal guerra entre a Rússia e a Ucrânia (atrás da qual está a NATO e os USA) é consequência da falta da justa medida.

Esta falta da justa medida é intrínseca ao paradigma da modernidade, formulado nos séculos XVII/XVIII pelos pais fundadores

como Galileu Galilei, Newton, Francis Bacon e outros. Para esses, o eixo estruturador do novo mundo a ser construído, se baseava na vontade de potência ou de poder como foi identificado já por Nietzsche e por toda a Escola de Frankfurt. Segundo este paradigma novo, o ser humano se entende como mestre e dono da natureza na expressão de Descartes. Ele não se sente parte do todo natural. Este não tem sentido em si, nem propósito, somente na medida que se ordena ao ser humano que o trata segundo o seu bel-prazer.

Em nome deste paradigma, rompeu-se totalmente a justa medida. Os países europeus exerceram a vontade de poder, dominando povos inteiros como na América Latina, África e, em parte, a Ásia. Dominaram a natureza, extraindo dela de forma ilimitada seus bens e serviços. Dominaram a matéria até às últimas partículas. Dominaram o segredo da vida, o código genético e os genes. Tudo levado a efeito com furor sem qualquer sentido de justa medida.

Trouxeram inumeráveis e inegáveis vantagens para a vida humana. Mas ao mesmo tempo, por haverem mandado para o limbo a justa medida, criaram para si o princípio de autodestruição com todo tipo de armas, a ponto de que, se forem usadas, não restará uma alma viva para contar a história.

Para não ficar apenas em conceitualizações, demos um exemplo concreto: a intrusão do Covid-19 que afetou somente a humanidade e não os demais seres vivos. Ela é consequência direta da vontade de poder, da sistemática agressão de nosso modo de habitar o planeta Terra, destruindo os habitats dos vírus. Sem seus nichos vitais, eles avançaram sobre os seres humanos provocando a morte de milhões de pessoas.

Portanto, faltou-nos a justa medida entre a intervenção necessária na natureza para garantir nossos meios de vida e a ambição exagerada de super explorar os bens e serviços naturais, mais do que precisávamos, em vista da acumulação e do enriquecimento.

Desta forma, a Terra viva perdeu seu equilíbrio dinâmico e nos enviou através do coronavírus um apelo à justa medida, uma mensagem de cuidado, de autocontrole e de superação de todo o excesso. Esse foi o sentido do confinamento social, do uso de máscaras e da urgência de usarmos as devidas vacinas. Tudo parece indicar que não aprendemos a lição, pois a grande maioria voltou ao antigo normal.

Bem dizia o pensador italiano Antônio Gramsci: "a história é mestra, mas praticamente não tem alunos". De todas as formas, restou-nos a lição de que devemos incluir em tudo a justa medida, alimentar uma relação amistosa e justa em todas as coisas, se quisermos garantir um futuro para a vida humana e para a nossa civilização.

Indo direto à questão fundamental: causa mais imediata e visível da ruptura da justa medida reside no capitalismo como modo de produção e no neoliberalismo como sua expressão política. Conhecidos são os mantras de ambos: o lucro acima de tudo, a concorrência como seu motor, a exploração ilimitada dos recursos naturais, o individualismo, a flexibilização das leis para, desimpedidamente, poder realizar seu intento de dominação/enriquecimento.

Se tivéssemos seguido tais mantras, grande parte da humanidade teria sido gravemente afetada ou até desaparecido. O que nos salvou, foi, dar centralidade à vida, a interdependência entre todos, a solidariedade de uns para com os outros, o cuidado para com a natureza e as leis e normas que limitam os oligopólios, geradores de pobreza de grande parte da humanidade.

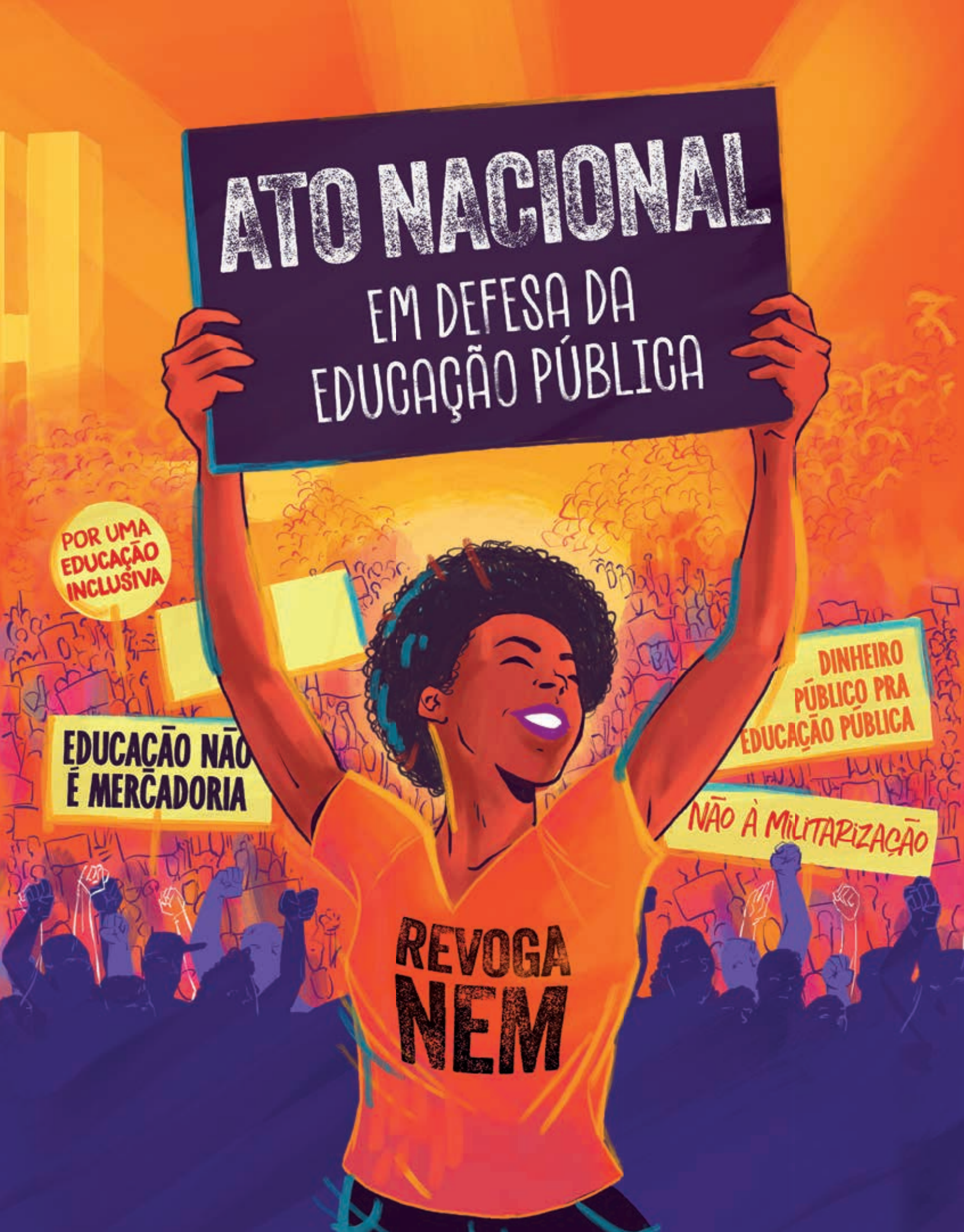
Preocupado com esta questão máxima, de vida e de morte, escrevemos dois livros, fruto de vasta pesquisa mundial, mas elaborados numa língua mais acessível possível para que todos possam dar-se conta da gravidade que significa a ausência da justa medida para a vida pessoal, para as comunidades, para a sociedade, para os governos, para a economia, para a cultura e para nossa relação com a natureza, em último termo, para com a Terra.

O primeiro foi publicado em 2022 O pescador ambicioso e o peixe encantando: a busca pela justa medida. Nele preferimos o gênero narrativo com o uso de contos e de mitos ligados à justa medida. No segundo que continua o primeiro, A busca da justa medida: como equilibrar o planeta Terra procurei de uma forma mais reflexiva ir às causas que nos levam a perder a justa medida ou o ótimo relativo. Ambos os livros colocam a pergunta angustiante: é possível viver a justa medida dentro deste sistema capitalista e neoliberal, hoje globalizado?

Respondemos, com certa esperança, que é possível, à condição de passarmos da cultura do excesso, para uma cultura da justa medida, desenvolvendo um novo modo de habitar a Terra, sentindo-nos parte dela e irmãos e irmãs de todos os demais seres. Na linguagem do Papa Francisco na encíclica Fratelli tutii operando a travessia do dominus (dono) da natureza para o frater (o irmão e a irmã) entre nós e entre todos os seres da natureza.

Para isso importa uma ética da justa medida no nível pessoal e comunitário, na política e na economia, na educação e na espiritualidade. Ou organizamos nossas sociedades dentro dos limites do planeta Terra, vivendo em tudo a justa medida, ou colocaremos em risco o futuro de nossa vida e de toda a vida sobre a Terra.

Leonardo Boff – Teólogo. Filósofo. Escritor, em A Grande Transformação na economia, na política e na ecologia. Editora Vozes, 2014.


ATO NACIONAL
EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA
DINHEIRO PÚBLICO PRA EDUCAÇÃO PÚBLICA
NÃO À MILITARIZAÇÃO
REVOGA NEM

9 DE AGOSTO

/2023/ BRASÍLIA-DF

10H - GRANDE ABRAÇO DE PRESSÃO **NO MEC**

15H - MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO **NO ESTACIONAMENTO DO ANEXO 2 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br
Brasil
Filiada à CUT BRASIL
CEA
CPLP-SE
FNPE

XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **360**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **600**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE